



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Quinta Sessão Ordinária do terceiro ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dezanove de março de dois mil e dezanove, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Vice-Presidente Sra. Cássia Murer Montagner. Secretários Srs. Afonso Lopes da Silva e Cristiano José Cecon. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador José Muniz para proferir o seguinte texto: Carta aos Romanos- Capítulo 1, versículos 16 – 17: “Não me envergonho do Evangelho, pois ele é força de Deus para a salvação de todo aquele que acredita, do judeu em primeiro lugar, mas também do grego. De fato, no Evangelho a justiça se revela única e exclusivamente através da fé, conforme diz a Escritura: ‘o justo vive pela fé’”. A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: Primeiramente, foi colocada em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente deu início à Matéria Constante do Expediente: pela ordem, o Sr. Ângelo Roberto Torres pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, III do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, do Projeto, dos Requerimentos e das Indicações dos Senhores Vereadores, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito, foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER n.º 0031/2019 encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de créditos suplementares, depois de lido, foi o mesmo encaminhado para as



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Comissões Permanentes, para parecer; 2. Ofício SEGOV nº 00214/2019 dando resposta ao Requerimento nº 024/2019 do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando informações se existe a intenção dos vigilantes patrimoniais que estão no Regime Estatutário terem o mesmo direito especificado na Lei Federal 12740/12; 3. Ofício SEGOV nº 00215/2019 dando resposta ao Requerimento nº 006/2019 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informações de quando se concluirão as adequações a serem feitas para que a UPA (Unidade de Pronto Atendimento), volte a atender 24 horas, e ainda informações sobre o processo licitatório do aparelho de raio X; 4. Ofício SEGOV nº 00216/2019 dando resposta ao Requerimento nº 007/2019 do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informações de quando será executada a construção de uma nova rodoviária na SP 340, no bairro Roseira de Cima; 5. Ofício SEGOV nº 00217/2019 dando resposta ao Requerimento nº 010/2019 do Sr. David Hilário Neto solicitando informações se este ano os uniformes escolares serão entregues aos alunos do Município de Jaguariúna; 6. Ofício SEGOV nº 00218/2019 dando resposta ao Requerimento nº 011/2019 do Sr. Cristiano José Cecon solicitando informações sobre qual a previsão de entrega de novas creches na cidade; 7. Ofício SEGOV nº 00219/2019 dando resposta ao Requerimento nº 012/2019 do Sr. Cristiano José Cecon solicitando informações qual a previsão de conclusão das Unidades Básicas de Saúde “UBS” que estão em obras; 8. Ofício SEGOV nº 00220/2019 dando resposta ao Requerimento nº 014/2019 do Sr. Cristiano José Cecon solicitando à CPFL - Santa Cruz informações sobre quais os investimentos que a empresa fez ou pretende fazer para que diminua os cortes de energia elétrica na cidade e também a previsão de início e término desses investimentos (com cópia para o Executivo Municipal); 9. Ofício SEGOV nº 00221/2019 dando resposta ao Requerimento nº 019/2019 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando à EMTU - Empresa Metropolitana de Transporte Urbano informações sobre o aumento de 11,7% na passagem dos ônibus que fazem a linha Jaguariúna/Campinas (com cópia para o Executivo Municipal); 10. Ofício SEGOV nº 00225/2019 dando resposta ao Requerimento nº 325/2018 do Sr. Luiz Carlos de Campos, David Hilário Neto e Alfredo Chiavegato Neto solicitando informações sobre as providências que serão tomadas, visando a melhoria da mobilidade de pedestres e pessoas portadoras de deficiência pelas vias públicas da Cidade e quais são os prazos certos para que elas ocorram; 11. Ofício SEGOV nº 00231/2019 dando resposta ao Requerimento nº 018/2019 da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana solicitando informações porque não foi atendida a Indicação nº 290/02018 de sua autoria,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

para construção com cobertura de um ponto de ônibus na Rua Joaquim Elias, em frente ao Posto de Saúde no Jardim Pinheiros; 12. Ofício SEGOV nº 00232/2019 dando resposta ao Requerimento nº 025/2019 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informações sobre quais medidas estão sendo tomadas na questão das enchentes; 13. Ofício SEGOV nº 00235/2019 dando resposta ao Requerimento nº 027/2019 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informações quando será feito o asfalto na estrada Judite dos Santos Pinto. A seguir, dos Senhores Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposituras: Projeto de Lei do Sr. David Hilário Neto que dispõe sobre o embarque e desembarque de mulheres usuárias do Sistema de Transporte Coletivo Municipal, e dá outras providências, depois de lido foi o mesmo encaminhado para as Comissões Permanentes, para parecer. Requerimentos: 1. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre os motivos de unificar as classes do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Yvone Poltronieri Santos (EJA) e quais medidas serão tomadas para que os alunos recebam o conteúdo correspondente a sua série; 2. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a transferência de alunos da Rede Municipal de Ensino do 6º ao 9º ano que estão com problemas disciplinares para a EJA Yvone Poltronieri, entre outras questões. Indicações: 1. Do Sr. José Muniz solicitando ao Executivo Municipal repintura das faixas de estacionamento da Van e ônibus escolar, defronte a Escola Municipal Professor Irineu Espedito Ferrari; 2. Da Sra. Inalda Lúcio Barros Santana solicitando ao Executivo Municipal limpeza e corte de mato no canteiro da Avenida Cruzeiro do Sul; 3. Da Sra. Inalda Lúcio Barros Santana solicitando ao Executivo Municipal melhorar a segurança e fazer limpeza e corte de mato na EMEI Jardim Encantado, Bairro Sete de Setembro; 4. Da Sra. Inalda Lúcio Barros Santana solicitando ao Executivo Municipal troca de lâmpada do poste na Rua Guilherme Venturini, em frente ao nº 45; passar a máquina e cascalhar a mesma rua, no Bairro Bom Jardim; 5. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal manutenção das lâmpadas da passarela de pedestres que fica sobre a Rodovia Adhemar de Barros, próxima da entrada de acesso ao campus II da FAJ até entrada que dá acesso à FAJ; 6. Do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo solicitando ao Executivo Municipal dedetização dos bueiros da Rua Dr. Fernando Costa, no centro. A seguir, o Sr. Presidente colocou em Votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, proceder de acordo com o Art.154, alínea única, do R.I.,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre os motivos de unificar as classes do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Yvone Poltronieri Santos (EJA) e quais medidas serão tomadas para que os alunos recebam o conteúdo correspondente a sua série, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a transferência de alunos da Rede Municipal de Ensino do 6º ao 9º ano que estão com problemas disciplinares para a EJA Yvone Poltronieri, entre outras questões, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso por oito minutos e cinco segundos, seguindo ordem de inscrição em livro, sem apartes conforme § 3º do Art. 154 do R.I., versando sobre Temas Livres: pela ordem, fez uso da palavra o Sr. Cristiano José Cecon, que cumprimentou a todos, dizendo que ele gostaria de estar comemorando a vinda da nova empresa para Jaguariúna que geraria mil novos postos de trabalho e eles já solicitaram aos empresários a possibilidade de serem contratados a maioria pessoas de Jaguariúna e em uma breve pesquisa que ele fez, aquela empresa dos Estados Unidos, ela mesmo promovia a qualificação dos seus funcionários, eles buscavam cidades pequenas e levavam o avanço social e econômico para a cidade; também, comemorou a chegada da CIAFLOR que seria próximo de Holambra, mas era Jaguariúna, os impostos iriam para Jaguariúna, e era o maior mercado de flores, plantas e acessórios da América Latina, com seiscentos e setenta e seis boxes; falou que ele foi até a Secretaria de Educação cobrar os uniformes e foi dito a ele que seriam entregues, a partir do dia vinte e sete, três camisetas, e ele viu as camisetas e eram de boa qualidade e ele esperava que fosse; questionou qual seria a atitude tomada da Secretaria de Educação quanto à segurança das crianças e ele com o David e o Silva, como a Comissão de Educação, eles iriam cobrar daquelas melhorias e, no momento, de começo, iria aumentar o policiamento, a melhor restrição na entrada de pessoas que iriam até a porta das escolas e depois melhorias que viriam com gastos da Administração Pública, porém, ele achava importante, como câmeras, segurança, etc., mas estariam cobrando aquelas melhorias; disse, também, que no dia anterior, fizeram uma reunião com o professor Fúlvio e, às vezes, ele achava que ele exagerava um pouco, só que ele, Cristiano, também se sensibilizou e se ele exagerava, ele conseguiu sensibilizá-lo, porque ele também tinha experiências em escolas e, naquele



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

momento, a Educação era primordial no País e, infelizmente, as pessoas tinham de ser mais esclarecidas e a internet, infelizmente, era um vínculo de ódio, era um local que existia muito “fake news”, notícias distorcidas que levavam o ódio, que levavam a informação e, felizmente, eles iriam ter de buscar uma melhor educação para os munícipes, para que eles soubessem filtrar o certo e o errado, para que eles soubessem disseminar aquele momento de ódio que estava passando o País; comentou que ele estava intensificando o projeto dele, o Amigo, que era o projeto que ele tinha com a Polícia Militar, com a Guarda Municipal e estavam em três parques onde os próprios policiais davam aulas para as crianças e, infelizmente, um dos alunos deles, foi aquele aluno que foi agredido na porta da escola e, até então, ele não sabia, ele até iria falar para o David e para o Silva, para terem um local, para terem mais informações do Governo Estadual quanto à Educação, porque quando acontecia nas Escolas Municipais, eles tinham o respaldo da Secretaria Municipal, mas quando era do Estado não estavam tendo resposta, e a mãe ansiava muito pela resposta, pelo que estava sendo feito pelo filho dela, ela acusava e não estava ele acusando mas, ela acusava que o portão da escola foi fechado e a Polícia não foi chamada, mas ele agradecia a todos e ele achava que a Tais tinha de ter a democracia de falar o que ela queria mesmo, porque os motivava a buscar, e ele via certas informações, ele via no Facebook e, às vezes, até eles não estavam atentos à determinada informação e o que acontecia era que ele ouviu sobre o uniforme, foi lá naquele dia e conseguiu ter o dia correto da entrega e daquela forma outras informações; ele achava que a democracia era importante, sempre com respeito à pessoa e entre eles lá e com a população; agradeceu a todos; a seguir, fez uso da palavra Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos e disse que ele foi falar de dois temas e achava que o Cristiano foi sábio quando disse que muitas coisas eles ficavam sabendo pelas redes sociais e, naquele dia, aconteceu aquilo com ele, quando ele acordou pela manhã e se deparou com as informações dos radares no Município e aquilo foi algo que chamou muito a atenção naquele dia; parabenizou à imprensa que estava na Casa, o Roberto, com o Jornal Digital, e disse que o Roberto o chamou e disse que estavam sabendo da questão dos radares móveis que iria ter na cidade e ele não sabia se os nobres Colegas estavam sabendo; tinha uma licitação que Jaguariúna teria radar móvel a partir dos próximos meses; comentou que eles questionaram, pôde falar com o Jornal e saiu também no Jaguar, se ele não estava enganado, e em outras mídias que mostraram o que estava acontecendo com a cidade como um todo, daí viram, realmente, que estava um pouco complexo e quando foi à



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

tarde saiu uma nota do Executivo, dizendo que estava sendo cancelada a licitação, dizendo que foi um erro da Secretaria, daí ele ficou pensando quem assinava a licitação, era só o Secretário, não passava? Daí tudo bem, era uma falha e tinham de perdoar, mas o que o assustou um pouco era que ele estava olhando pela rede social, olhou a licitação do prédio, do antigo shopping, atrás da rodoviária, que também foi cancelada fazia dois dias, então, ele não estava conseguindo entender, eles sabiam que o trabalho da licitação era muito moroso, era um trabalho que levava muito estudo, muita análise para ser feita uma licitação, era aberta a licitação, o clamor popular ia, colocava a sua opinião e aquilo era cancelado, e o que muito o assustava era que estava faltando planejamento, estava faltando diretriz, porque se fossem abrir uma licitação, naquele momento, eles tinham de estar convictos daquilo que eles estavam fazendo e era aquilo que ele não estava vendo na Administração, e aquelas duas provas, em menos de uma semana, duas licitações que foram canceladas e que não deveriam nem ser abertas, se fossem ver bem, o aluguel de trinta e oito mil de um prédio, não tinha cabimento, na situação em que estava o Município, colocar radares na cidade, inclusive radar móvel, porque o que alegavam do radar era que seria para a Educação, para a questão de não causar acidentes em alguns pontos, e, normalmente, o radar móvel era fábrica de multa, então, ele não viu necessidade e o que ele ficou sabendo, naquele dia, que foi cancelada a licitação e seria aberta uma nova com mais pontos do que estava na primeira licitação, então, iria tirar o radar móvel e iria aumentar os pontos na cidade, e questionou se achavam que aquilo era necessário? Ele não sabia falar; disse que ele achava que tinham de convidar o Secretário Josino para ir na Casa esclarecer um pouquinho para eles, já que a responsabilidade era dele, segundo o Executivo, para que ele pudesse falar para aquela Casa o que, realmente, estava acontecendo e se havia a necessidade de todos aqueles pontos e quais os estudos para colocar radares na cidade e porque tinha aquele radar móvel, naquele dia não tinha mais e, no dia seguinte, teriam dois pontos novos, segundo informações que ele ficou sabendo naquela tarde, e por que aqueles dois pontos novos não estavam anteriormente? Então, eram perguntas que tinham de ser respondidas logo, porque a população estava lá com atitudes totalmente desconexas e a população estava a ver navios, então, ele achava que aquilo tinha de ser visto o quanto antes, precisava ter um pouco mais de responsabilidade, quando iria abrir uma licitação, porque era dinheiro público empregado e se a Imprensa não tivesse ido ao ar e colocado aquilo, ia passar, iria ganhar um vencedor e, no dia seguinte, iriam estar multando a cidade



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

inteira e aquela Casa estaria corresponsável daquilo e nem se quer, passou por ela, então, eles tinha de ficar um pouco mais atentos e ele, como Vereador, se cobrava daquilo e tinham de olhar licitação por licitação a todo momento, e eles já faziam aquilo mas, tinham de ser um pouco mais rigorosos, então, ficava a dica e nas próximas licitações que não acontecessem daquela forma; falou do caso do apostilado, que não chegou nas escolas porque falaram que a licitação não ficou pronta ainda, não terminou o processo licitatório, e questionou será que quando foi aberto lá atrás, no final, não iria voltar tudo para trás porque teria alguma falha? Aquilo o preocupava muito; pediu para ficarem um pouco mais atentos com aquilo e a Casa ficar um pouco mais presente na questão da licitação; agradeceu a todos; a seguir, faria uso da palavra a Sra. Inalda Lúcio de Barros Santa, que a passou; fez uso da palavra o Sr. José Muniz, que depois dos cumprimentos a todos os presentes, disse que ele queria parabenizar o Cristiano Cecon, porque ele também esteve na Secretaria naquele dia e devido a tantas cobranças como ele falou, que a Tais bateu em cima do uniforme, dia vinte e sete seriam entregues e, realmente, o Cristiano tinha razão, eles tinham de cobrar mesmo; falou que ele ficou sabendo, também, das redes sociais sobre os radares e ele foi se informar, também, e houve aquela confusão nas explicações e ele tinha conversado com o Josino que falou que a intenção era outra, a intenção era ver o fluxo de veículos e a velocidade que o veículo transitava nas Avenidas, então, tinha ficado um negócio no ar, que não deu para entender nada; disse que ele também era contra aquilo, ele era contra nas estradas, imaginassem na cidade, e que ficou um mal entendido no ar e ele achava que, realmente, não houve um diálogo lá e que conseguiram esclarecer a tempo, graças a Deus; disse que ele iria falar da segurança das Escolas e que, naquele dia, ele tinha uma indicação para entrar sobre aquela questão e que não deu tempo, mas ele iria colocar na próxima sessão, pedindo para o Executivo colocar um guarda nas entradas das Escolas só que, infelizmente, não deu tempo, na próxima sessão estaria entrando e eles tinham de estar atentos, tinham de se preocupar e devido ao o que aconteceu em Suzano, foi para Mogi Guaçu, Americana, o ibope, a turma gostava, quanto mais passava na mídia parecia que a turma gostava, parecia que ia piorando a coisa e os jovens e adolescentes achavam bonito e estava desandando a coisa, e eles tinham de se preocupar e,, graças a Deus, eles sabiam que no Município de Jaguariúna, estava todo mundo envolvido e eles tinham de se preocupar com aquilo e estarem atentos; falou de outro caso que o preocupou naquele dia, aproveitando que Valdir Parisi, o Secretário, tinha chegado na Casa, a estrada da Baronesa



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

estava terrível, estavam com uma situação precária lá e ele esteve lá naquele dia, a ponte estava desabando e eles estavam com alunos que fazia uma semana e meia que não conseguiam ir nas aulas porque não conseguiam transitar, sem contar que a estrada lá não tinha condições nenhuma de estarem transitando; disse que ele falou com o Secretário de Obras, tinha um impasse lá que pertencia a outro Município também o local e eles precisavam estar entrando em contato com o Prefeito de Pedreira para ver se conseguiam estar solucionando o problema, porque era sério, era grave; (naquele momento ouviu o senhor Valdir dizendo que ele já havia falado), então, ele agradeceu dizendo que eles tinham de dar atenção para aquela população lá que era outro município, mas o povo pertencia à Jaguariúna, o cartão cidadão era de Jaguariúna e eram inúmeras famílias que estavam precisando daquele apoio, e como o Valdir já falou que entrou em contato, ele agradecia e estaria passando para a população de lá; comentou que iria aproveitar que a Cristina do Prado estava na Casa para dizer que, naquela noite, tinha uma indicação dele para pintar a faixa de pedestre e faixa dos ônibus na Escola do Irineu que estava uma bagunça tremenda; (naquele momento ouviu a senhora Cristina dizendo que já estava sendo feito) e ele agradeceu; agradeceu a todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que, depois de cumprimentar todos, disse que ele queria falar um pouco naquele momento sobre mobilidade urbana, que eles estavam com problemas sérios que eles tinham destacado na cidade, e aquelas rampas, disse em primeiro lugar, que a Secretaria da Mobilidade Urbana estaria completando um ano no mês de março de criação, foi aprovado por aquela Câmara Municipal e eles tinham visto pouco em relação àquilo, e que eles fizeram um requerimento junto com o Alfredo e com o David que, inclusive, tinha ido para o Ministério Público cópia daquele requerimento, e receberam, naquele momento, a resposta daquele requerimento que fizeram; disse que questionaram a respeito da avenida Emilio Marconato, um pessoal que acessava lá em cima, tinha academia lá, tinha o distrito industrial e o pessoal estava indo a pé e não tinha onde andar, tinham lugares lá na avenida que o pessoal era obrigado a andar pelo asfalto, era um perigo; fez a leitura da resposta que dizia: “o que concerne a Avenida Emilio Marconato, à Secretaria de Planejamento Urbano de Jaguariúna, o levantamento topográfico respectivo”; disse que aquela resposta, o que eles queriam saber era quando iria começar, quando iria ser feito alguma coisa, lá era muito perigoso, tinha escola que funcionava lá, também, ele passava, diariamente, lá e era uma situação complicada, a Prefeitura precisava se movimentar em relação à mobilidade,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

aquelas rampas, aqueles buracos, as pessoas reclamavam com razão, fazia um ano aqueles buracos em frente das residências, a Prefeitura arrumou uns pontos, mas boa parte estava por fazer; falou que olhavam para a Coronel Amâncio Bueno e era um absurdo, a pessoa cuidava bem da casa dela e ficava aquele buraco lá, e um ano era muita coisa, e que era um recurso vindo da AGEMCAMP, Agência da Região Metropolitana de Campinas mas, ele acreditava que a Prefeitura do Município de Jaguariúna tinha condições financeiras de fazer com recursos próprios, então, precisava se movimentar e estar fazendo aquilo; disse que a legislação que tinha no Município era boa e precisava ser aplicada, e fez a leitura do artigo duzentos e quarenta e seis do Código de Postura que dizia: “Os passeios deverão sempre ser mantidos limpos e desobstruídos, de forma a permitir o livre trânsito de pedestre, sendo proibido estacionamento total ou parcial de veículos automotores de qualquer espécie, bem como qualquer outro equipamento, material de construção ou objeto que possa embarçar o trânsito de pedestre”, falou que eles não tinham visto aquilo, porque o pessoal estacionava tranquilamente em cima da calçada, não respeitava o espaço de pedestre, tinha muitos lugares que eles viam a mãe tendo de sair do passeio público e ir para a rua porque o carro estava parado em cima e ele achava que a Prefeitura precisa movimentar em relação àquilo para melhorar aquela situação, e que estavam em dois mil e dezenove e ele achava que, achava não, ele acreditava que o Município tinha de fazer alguma coisa para mudar aquilo, não era uma coisa daquele momento, eles tinham de reconhecer aquilo e ele convidava a todos a irem lá na Avenida Antonio Pinto Catão, sair lá do Nassif e irem até o Posto do Capotuna para verem quantas irregularidades, tinham muitos lugares que estavam com mato exagerado, não tinha onde o pessoal passar, tinham de ir na rua e a Antonio Pinto Catão era movimentada com movimento constante, então, a Prefeitura precisava abrir os olhos, precisava fazer alguma coisa naquele sentido e melhorar a mobilidade urbana em Jaguariúna, porque estava devendo bastante em relação àquilo; agradeceu a todos; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Rodrigo da Silva Blanco que cumprimentou a todos dizendo que ele ficou sabendo daqueles radares, daquela licitação e ele foi pego de surpresa e, no ponto de vista dele, ele achava que aquilo não deveria ser feito porque aquilo iria gerar uma indignação do Município, e se ele não estava enganado aquilo já teve em Sumaré, ele não se lembrava onde, daí falaram Valinhos e ele confirmou Valinhos, dizendo que o prefeito ou um vereador da oposição, ele não sabia direito, ouviram muitas críticas e foi lá e quebrou o radar, a empresa era terceirizada, e aquilo poderia



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ser feito com qualquer munícipe revoltado, ele iria estar errado, teria de punir, mas aquilo iria gerar muita dor de cabeça para a Guarda Municipal, iria ser criado um ambiente muito pior do que estava naquele momento se não fosse o radar móvel; comentou que ele era a favor do radar móvel do jeito que estava, e que o radar móvel ele era a favor, mas o radar fixo era para deixar do jeito que estava, porque senão eles iriam contra a vontade do Governo Federal, o Bolsonaro, o Presidente dele, ele achava melhor retirar todas as lombadas eletrônicas, porque era um negócio que só onerava o Munícipe, então, eles tinham de tomar muito cuidado; falou que na parte de licitações, ele só queria deixar um recado para os parceiros dele, do Governo, os Vereadores também, porque eles ficavam sabendo das coisas nos quarenta e cinco minutos do segundo tempo, que aquilo era uma perda de tempo, a lei, não perdeu dinheiro porque ela foi cancelada, mas e o funcionário, o tempo que ele perdeu para fazer aquilo, perguntou; poderia ter feito outras funções, e eles ficavam sabendo de última hora e quando viam, ia lá e cancelava, então, era dinheiro vermelho, do funcionário, dinheiro perdido do funcionário público, poderia estar aproveitando-o para outras coisas, então, ele deixava lá, também, a sua vontade de que ele também não aceitava aquele tipo de oneração ao munícipe como o radar móvel; disse que ele queria falar da roçagem da cidade, que era complicado, em épocas de chuvas era complicado, só que ele estava vendo que a roçagem era feita onde tinham os caminhos, e ele ficava lá no Bairro da Roseira e ele estava sendo cobrado e ele ficava pedindo para roçar as calçadas, ele via no Bairro Nova Jaguariúna, nas Colinas do Castelo e o negócio não ia, então, que dividissem a equipe, que mandassem dois, então, para verem que tinham dois funcionários trabalhando, mesmo que demorasse cinco dias para terminar o serviço, mas não ter de levar os quarenta funcionários, cinquenta, para que dividissem um pouco para ao menos que o munícipe visse que eles estavam tentando fazer alguma coisa por eles, atendendo os pedidos deles, era daquela forma que ele estava entendendo, porque, às vezes, ele via nas redes sociais, até começar a reportagem, a gravação, era nove horas da manhã, depois tinha mais o almoço, depois tinha mais uma reportagem, daí ia e quando via, o dia passou e aconteceu, e ia tudo embora; outra coisa que ele queria falar lá, a respeito da mobilidade urbana, ele tinha percebido, ele não sabia se o Colega Bozó percebeu, que era nos “pares” da cidade, tinham alguns “pares” que eles paravam, mas só quando paravam e olhavam do lado que eles viam os muros das residências e precisava avançar um pouco mais para ver quem estava vindo, e naquele avançar um pouco mais poderia alguém estar batendo nele e ele estar



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

errado, porque o “pare” era antes, então, ele não sabia, mas tinham de bolar um estudo com o Secretário da Mobilidade Urbana para estarem estudando um pouco melhor naquilo, porque, às vezes, ele parava no “pare”, o “pare” estava lá só que ele não via, ele tinha de ir para a frente, era um exemplo na Minas Gerais com a José Alves Guedes, e naquela hora, às vezes, poderia estar colidindo, a pessoa já chegava entrando e fechando e ele poderia estar errado, e o “pare” lá atrás não conseguia enxergar, só se colocasse um espelho para tentar, então, aquela era mais uma dica para eles estarem olhando por aquela indicação verbal dele e de outros Vereadores, para prevenir acidentes; agradeceu a todos; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva, que cumprimentou a todos, dizendo que ele queria falar mais uma vez sobre a limpeza dos terrenos e que o pessoal da Secretaria de Obras já estava correndo lá para, no menor tempo possível, estar sendo feita a limpeza dos terrenos e eles estavam tendo uma cobrança muito grande lá, porque estavam entrando muitos insetos e animais nas residências, então, eles precisavam, rapidamente, cuidar daquilo, e que a maioria dos terrenos já foram notificados, porém, sem respostas dos proprietários; os próximos passos, então, a Prefeitura estaria em um momento oportuno fazendo a limpeza e repassando aqueles valores; parabenizou a Secretaria de Educação, em nome da Secretária Cristina Catão, pela entrega dos uniformes que seria no próximo dia vinte e sete e ele, também, junto com o Cristiano Cecon e José Muniz foram na Secretaria e pôde ver a camiseta de muita qualidade, três camisetas, duas camisetas e uma regata, e ele achava que era um anseio antigo dos pais, ele sabia que tinham famílias com dois ou três filhos, então, acabava sendo um desafogo para a renda familiar, onde ele revertia para o dia a dia; disse que ele estava olhando nas redes sociais e já tinha gente criticando que era mais do que a obrigação a Prefeitura estar doando o uniforme e ele sabia que não era obrigação e que tinham muitos municípios, até próximos, que nunca deram uniforme e ele ficava um pouco chateado, porque se não dessem eram ruim e se dessem eram ruim também, então, tinha uma ala do Município que era muito ingrata e ele não sabia se era descontente com alguma coisa, não sabia se era por causa das pretensões políticas, enfim, tinha, sim, um benefício e as pessoas tinham de dar um jeito de descaracterizar aquilo para não ficar de um jeito negativo; disse que ele ficava triste mas, enfim, as crianças que iriam pegar lá iriam agradecer e iria ser muito útil naquele momento; falou do radar, que ele não poderia deixar de dar a opinião dele, apesar dele não ser engenheiro daquela área, ele não entendia mas, também não gostava, ele não gostava quando se atribuía gastos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

para o morador, para a comunidade, o momento já não era legal no âmbito nacional, na parte de emprego, então, ele não gostava, ele respeitava quem fazia, mas, sinceramente, ele era contrário e que deixassem as lombadas lá, ele não gostava do móvel, e ele já tinha tomado duas multas com aquele móvel, ele achava que tinha de tirar, deixassem as lombadas, o que tinha, tinha, e não colocassem mais, até os radares que tinha foram retirados, ele achava que tinha expirado o contrato; destacou e parabenizou o Jornal Digital de Jaguariúna que estava lá acompanhando a sessão e ele viu que o jornal, a partir daquele ano, estava acompanhando a Prefeitura, então, pediu que ,se possível, acompanhasse também a Câmara Municipal, porque tinha muita coisa boa na Câmara, os Vereadores todos tinham seus trabalhos, suas representações, e muitos projetos que mexiam com as estruturas do Município eram aprovados a partir de lá, e ele queria pedir ao senhor Roberto que, na medida do possível, acompanhasse os projetos da Câmara Municipal, porque as coisas também caminhavam lá e tinham coisas importantes; disse que ele viu o senhor Roberto, na semana anterior, que estava cobrindo a vinda da empresa para Jaguariúna e foi uma pena que o amigo deles, o Laurentino, não foi com ele, mas ele não gostava daquelas coisas, ele não gostava de divulgar e postar coisas boas para o Município, mas ele gostava de divulgar quando algum Vereador lá jogava alguém contra alguém, ele gostava daquilo, não era o perfil dele divulgar coisas boas para a cidade, ele achava que não era o interesse dele; pediu ao senhor Roberto que quando ele estivesse com ele, porque ele sabia que ele era bem próximo dele, para pedir para ele também divulgar as coisas boas que aconteciam no Município, porque senão ficava chato, e citou um ditado que dizia: “fala com quem andas, que te digo quem tu és”, então, era importante fazer aquele trabalho lá, como ele falou, a Câmara tinha coisas boas lá, os Vereadores trabalhavam muito lá, então, tinham de divulgar os trabalhos da Casa que era muito bom, para não ficarem perdendo tempo, brincando de juízes e promotores, para deixarem os senhores juízes e promotores fazerem os seus trabalhos lá, nas suas legalidades, senão não dava, ele não tinha competência, ele não tinha capacidade nenhuma para ser juiz, ele deixava que ele o julgasse dentro da sua competência; lembrou que ele tinha dito para ele que nada que ele fazia era conotação pessoal, então, ele esperava aquela imparcialidade do Jornal dele lá porque quando tinham fins e conotações políticas, perdia a credibilidade; falou para contar com o apoio dele e disse que ele era um admirador do Jornal dele, e que várias vezes o recebeu e o parabenizou pelo trabalho dele, então, ele queria que ele deixasse claro frente aos trabalhos dele,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

e que, por favor, privilegiasse os Vereadores e a Casa, porque tinha muita coisa boa lá; agradeceu a todos; a seguir, fez uso da palavra a Sra. Tais Camellini Esteves que cumprimentou a todos dizendo que o assunto do dia era o radar móvel e que tinha tanta coisa para fazer na cidade, tanto buraco para tapar e o pessoal se preocupando com radar móvel e lá, em frente ao cemitério, na Avenida, poderia por uma lombada elevada, porque virava e mexia tinham acidentes lá, radares no balão do UPA, no balão do Agro Geral; as placas para readesivar e o pessoal se preocupando com radar móvel; disse que ela acordou naquele dia com aquela notícia e pensou que aquilo era um tapa na cara da população; disse que lá, o Bozó falou do Lavapés, a João Pires Germano, tinha três meses com um buraco enorme lá, ela pediu, implorou, falou para o Secretário para tapar e nada; o Jardim Dona Irma, buraco, ninguém tapava e foram votado seis milhões e quinhentos para fazer o recape da cidade inteira e nada, e lá na Pacífico Moneda o mato estava alto, e que, dias atrás, correu um cara pelado, atrás de uma mulher lá, e ela, Tais, falou para o Secretário de Obras se tinha como podar e nada, e o pessoal se preocupando com radar móvel, e perguntou se era aquela cidade que todos queriam, pelo amor de Deus, exclamou, o que era aquilo? Eles estavam implorando para fazer serviço, buracos, tapa buracos e nada, o que que era aquilo? Disse que radar móvel era um tapa na cara da população; agradeceu a todos; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que cumprimentou a todos, dizendo que ele não sabia se todo mundo sabia, ele gostava de falar na tribuna, sobre a questão do Dia do Artesão, que era exatamente, naquele dia, dezanove de março e que era também o dia de São José, pai de Jesus, carpinteiro e era uma data, principalmente, ele que era nordestino, onde tinham várias atividades religiosas relacionada à questão de São José, que era uma questão simbólica; disse que, em Jaguariúna, como todo mundo sabia, tinham vários artesãos, pessoas que faziam da sua arte uma fonte de renda e tinham um exemplo mais claro, que era o pessoal da FEART, onde eram produzidas muitas coisas bonitas, muitas artes baseadas na cultura da cidade, então, ele queria deixar um abraço para todos os artesãos de Jaguariúna, e ele sabia que, na FEART, eles tinham lutado e visto no dia a dia junto com a Administração, melhorias para aquele espaço onde eram expostos os trabalhos dos artesãos, eles sabiam que lá era um ponto de referência turística para a cidade, onde parava a Maria Fumaça, muita gente visitava aquele espaço e acabava comprando o que era produzido lá e muita gente também estava preocupada com o espaço pedindo melhorias, e lá atrás eles conseguiram que trocasse as barracas, onde eles faziam as exposições;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

disse que também tinha um projeto onde eles até votaram lá uma verba para aquele espaço; deixou um abraço para todos os artesãos de Jaguariúna; disse, também que todos acompanharam a vinda para Jaguariúna daquela empresa Qualcomm que era especializada em produzir vários equipamentos para celulares, para computadores e ele teve a satisfação de ser convidado para o lançamento em Jaguariúna, e uma coisa que ele questionou do trabalho, ligou para aquilo, era a questão do emprego; disse que a maioria das empresas contratavam, diretamente, com seus Recursos Humanos ou através de uma agência de emprego, e o principal problema que via naquilo, e que não tinha o menor problema a empresa contratar por agência mas, algumas empresas acabavam contratando algumas empresas de Campinas, se a sede da empresa era de Campinas, naturalmente, o pessoal que era da cidade, seriam os primeiros a chegarem naquela agência, então, eles tinham de ter políticas onde eles conseguissem fazer com que as empresas levassem empregos para Jaguariúna, a partir do PAT; disse que uma coisa que ele sempre fez, quando ele era Secretário do Trabalho, ele, praticamente, dormia nas empresa com aquela questão de mandar vagas lá para o PAT, então, eles também precisavam fazer aqueles empregos, criar um espaço para as contratações, enfim, fazer para aquelas empresas novas ou para aquelas que estavam em Jaguariúna, a partir do PAT, enfim, aquilo era uma discussão legal para eles estarem vendo; outra coisa, disse que ele iria pedir desculpas para o Cecon e para o David, ele disse que achava que a reunião com o Fúlvio seria naquele dia, para tratar das questões da Educação, ele confundiu as datas e pediu desculpas ao Cecon e ao David e ao professor Fúlvio, que ele não sabia se estava presente; falou sobre a questão dos radares e que ele ficou sabendo e coincidentemente ele estava em uma reunião, ele fazia parte da Comissão dos Transportes e ele estava lá e ele teve a oportunidade de questionar aquilo para o Secretário dos Transporte, e foi falado para ele que, naquele momento, ele achava que alguns Vereadores já tinham explicado lá, já falaram que os radares que iriam ser colocados na cidade, eles não teriam o intuito de estar multando, de estar fazendo aquele trabalho que, naturalmente, era o objetivo dos radares, e que eles seriam contratados para ver a questão do fluxo de veículos, o número de veículos de Jaguariúna, que era a partir daqueles dados, daquele efeito todo para a cidade e que ele, pessoalmente, falou para o Josino que ele achava que seria uma questão difícil para estar discutindo com a sociedade, mas ele achava que o papel do Vereador quando tinha problema, até ele queria dar parabéns para o Muniz e para outros Vereadores, eles quando tinham um problema tinha de ir lá



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

na Secretaria e conversar, eles tinham espaço para aquilo, de ir lá e conversar, para o Secretário se posicionar, ele achava que era papel também, aproveitando lá que o Jornal Digital estava presente, ele achava que era papel da imprensa, levantar o problema e escutar os dois lados, porque a partir do momento que só se escutava só um lado ou criticava só um lado, ele achava que tornava um problema, então, ele tinha de tomar cuidado com aquelas questões, porque o papel do Vereador era levantar o problema e tentar resolver; disse que aquela questão dos radares ficou aquela situação, a questão da licitação, mas eles tinham de fazer o papel de Vereador deles e tentar resolver os problemas da cidade com diálogo com a população para tentarem resolver aquilo; a seguir, faria uso da palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto que a passou; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que cumprimentou a todos e disse que ele gostaria de reforçar as palavras dos Pares que o antecederam na questão dos radares, mas ele achava, sim, que tinham de tomar uma providência na questão dos radares, porque por exemplo, aquele radar de quarenta por hora que tinha em frente ao Botequim, muitas vezes ele fez requerimento para eles pedirem averiguação daquele radar na questão da aferição, e ele tinha muitos amigos caminhoneiros e que o GPS do caminhão registrava a velocidade do caminhão, então, nas Rodovias Estaduais e Federais, o próprio policial rodoviário federal ele fazia a multa pelo próprio disco, a leitura do GPS e o caminhão com quarenta toneladas de pedras, uma carreta, caçamba, como ele iria fazer a rotatória da Galeria a vinte e quatro quilômetros por hora, prestes a chegar no radar e passar no radar a cinquenta e dois quilômetros por hora? Então, não tinha lógica, e ia para a aferição, o radar estava certo, daí era a discussão do motorista, pegava lá os relatórios do caminhão, relatórios do motorista e, infelizmente, estava sempre a discussão, ou seja, sempre o motorista pagava por aquilo; enfim, ele achava que aquela discussão deveria ser bem discutida e sorte do Vereador Silva que estava lá na reunião por fazer parte da Comissão de Transporte da Prefeitura, e seria bom que pudesse chamar a Comissão de Transporte daquela Casa também, até para eles poderem fazer parte e ele achava que quando fazia parte do transporte não tinha problema, poderiam fazer um convite para o Presidente e o Presidente determinava a Comissão que fazia parte, e elaborar lá, se fosse ter parte do Transporte, iria um do Transporte, se fosse da Educação, fosse um da Comissão de Educação, ele achava que fazia parte, porque quando chegava na população, era neles que ela ia e estava certo porque eles eram representantes do povo, eles eram cobrados para aquilo, e sempre ele falava que se o Executivo atendesse os Vereadores,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

eles conseguiam fazer bem para a cidade, então, ele achava que eles poderiam estar resolvendo de uma boa forma aquelas questões e ficava a dica lá para os estarem colocando a par daquelas licitações também; disse que ele sempre questionou aquilo, nas licitações de transportes também porque, às vezes uma empresa ganhava de outra, daí quando via, aquela empresa colocou um motorista que não tinha um curso que ele precisava ter, daí ele colocava dois, três serviços em um só, então, tinha de ser bem averiguado e seria importante que os Vereadores participassem; na questão das roçagens que o Magrão falou, a Roseira estava em cima deles, com certeza, porque o que acontecia na Roseira era que eles iam até a entrada da Roseira e dava a impressão de que o bairro terminava lá, não só a roçagem, tapa buracos e eles estavam citando também e, muitas vezes, ele falava da Roseira, da rua dele, porque na rua dele, só uma de empresa passava trezentas carretas por mês, e uma rua de bairro, eles arrumavam o buraco naquele dia, quando passava uma semana estava esburacada de novo, com as chuvas que passavam, então, ele pedia uma atenção do pessoal, mais especial; disse que ele discordava do Magrão quando ele falava para fazer em vários pontos, porque se fosse um mutirão que fizesse e completasse, daria resultado, mas o que tinha de fazer, era fazer por completo, e teve caso lá que fez o postinho de saúde, mas não fez a praça, nem a escola, daí foi fazer a escola, mas não poderia fazer a praça, mas a cidade era uma só e aquilo era fácil de estarem consertando, o Lucas estava fazendo um bom trabalho lá; na questão das estradas, mais uma vez ele estava pedindo para o pessoal estar colocando o cascalho, porque estavam passando a máquina e não estavam cascalhando, então, seria importante cascalhar para ajudar nas estradas vicinais, porque era por onde os produtores rurais levavam os trabalhos para Campinas, para São Paulo; quanto à nova empresa que chegou na cidade, o Prefeito o convidou e convidou os demais Vereadores, mas ele tinha um compromisso e não pôde comparecer, mas ele ficou feliz, porque era emprego que vinha para a cidade, e como ele estava em uma dúvida, mas o Cecon na sua fala foi bem firme em dizer que a empresa, ela mesmo que fazia a contratação e avaliação dos funcionários, e aquilo seria muito importante, porque muitas empresas chegavam e falavam que Jaguariúna não tinha mão de obra e experiência, mas ele achava que o Município tinha muito espaço e a empresa poderia chegar e, se fosse o caso, fazer um aperfeiçoamento, fazer um treinamento, porque se o jovem nunca trabalhou, como ele iria ter experiência? Então, ele achava que ele tinha de ter experiência em alguma coisa; e torceu para que o Valdir, o Secretário do Trabalho, pudesse alinhar aquilo com a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

empresa, para que a cidade ganhasse e todos ganhassem; a seguir, falou a respeito da Zona Azul, que por enquanto não estavam comentando nada e que se chegasse alguma coisa, ele torcia para que passasse por aquela Casa primeiro para eles estarem avaliando, para poderem conhecer a situação e poder dar esclarecimento para a população; disse que, no decorrer da semana, ele estava próximo da Bassani e tinham dois carros lá e tinha o rapaz que trabalha próximo daquela construção e o pessoal do banco parava próximo de lá porque depois do almoço fazia sombra lá, então, já parava logo de manhã para segurar vaga, ou seja, o carro ficava o dia inteiro lá, então, a Zona Azul era um caso para se pensarem também; agradeceu a todos, pedindo a proteção de Deus e de São José; em seguida, fez uso da palavra a Sra. Cássia Murer Montagner, que depois de cumprimentar a todos, disse que, primeiro, ela queria começar cumprimentando os bombeiros que estavam na Casa e que foram na reunião de Comissões, retornaram naquela noite, na preocupação, porque aquela correção que estava se fazendo no Estatuto, era de forma que ficasse mais justa para eles, e ela achava muito importante aquela participação, que eles acompanhassem mesmo, porque era daquela forma que as coisas iriam ficando melhores; em seguida, ela falou das questões da Educação, dizendo que a questão do uniforme, eles já tinham uma data, a partir do dia vinte e sete do três eles já deveriam começar a ser entregues e a questão da licitação tinha dois lados, ela tentava ser mais justa, ela tentava cobrir irregularidades, mas eles sabiam que ela era muito travada, toda vez que um empresa que perdeu a licitação, recorria, então, não era a vontade, ela sabia porque ela foi Secretária de Educação e ela vivenciou aquilo na pele e não era a vontade do Secretário, não era a vontade do Prefeito que as coisas atrasavam, mas era um processo demorado e o tempo da licitação não era o tempo da Educação, porque a Educação lá em fevereiro tinha de começar as aulas e a licitação não ficava pronta, ela demorava seis meses, sete meses, independente do início que foi dado e as complicações que se davam e, naquele momento, eles tinham data, e a licitação do uniforme ia de encontro àquela questão da segurança, conforme os alunos iam ficando uniformizados, eles tinham mais segurança, eles tinham mais certeza das crianças que estavam na escola e, naquele sentido, ela queria parabenizar o Vereador Cristiano e os demais, principalmente, naquela questão da Educação, que acompanharam de perto, porque aquela era a função da Comissão, até ela queria abrir um parênteses para um apelo para alguns colegas Vereadores, porque ela era Vereadora de primeiro mandato e ela confessou que ela não sabia da importância das Comissões, mas era extremamente importante, era



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

crucial a presença do Vereador lá nas comissões e depois a ação dele nas Comissões, mas se o Vereador não estava lá para participar, para acompanhar o que estava acontecendo nas Comissões, ficava muito difícil, e no caso, por exemplo, da Comissão de Educação, a Comissão foi lá saber, acompanhar, trabalho de parceiro, e naquele sentido, passando para a questão dos radares, eles souberam, a Prefeitura reconheceu um equívoco e consertou, então, ela achava que aquilo era democracia, se todos participavam, se todos cobravam, eles produziam uma cidade melhor, uma legislação melhor para todo mundo, então, ela não achava problema em consertar os rumos, ela achava problema em insistir em um equívoco, e percebido o equívoco, foi retirado, apesar do Secretário dizer que não era intenção multar, para ele poderia parecer não ter sido um equívoco, mas para todos os outros, sim, então, tirou e ficou melhor e, naquele sentido, ela achava que eles tinham de entender que a cidade não pertencia ao Prefeito, ou àquele prefeito, ou àquele vereador, ou a uma parte da cidade, porque a cidade pertencia a todos, então, a participação de todos, aquilo era democracia, e era daquela forma que tinha de ser, então, ela ficava até orgulhosa que tivesse havido naquele dia uma correção de rumos; falando da apostila, disse que ela já esteve na Secretaria a semana retrasada àquela e até postou uma coisa no Facebook, que era de novo a questão da licitação e que o tempo da licitação, infelizmente, não era o tempo da escola, mas no segundo bimestre as apostilas deveriam estar sendo entregues; e por último disse que tinham oito funcionários apenas para cuidar da questão da roçagem e era muito pouco, especialmente, naquele período de chuvas, então, a Prefeitura colocou para ela que para resolver aquilo estava em um processo de licitação, estava em um processo final, ela achava que não demorava mais, para colocar lá a contratação de empresa privada, inclusive mandar a conta para as pessoas, porque a pessoa tinha o terreno e ela tinha a obrigação de cuidar, e se não cuidava, a Prefeitura tinha de arcar com aquele custo, então, a Prefeitura também estava cuidando daquilo, então, era isso, ela achava que eles tinham várias coisas para comemorar, como aquela empresa que estava chegando, colocar os problemas era obrigação deles, era direito deles, mas enquanto Vereadores, era obrigação deles; voltou apelar para que os Vereadores participassem das Comissões, mesmo ela sabendo que, às vezes, faltava tempo, com certeza, mas as Comissões eram tão ou até mais importante do que a participação na sessão; agradeceu a todos; em seguida, fez uso da palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo que, primeiramente passou a presidência dos trabalhos da Mesa para a senhora Vice Presidente, Cássia Murer Montgner;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

na tribuna, cumprimentou a todos os presentes e a todos que os acompanhavam pela Internet naquela sessão ordinária; disse que ele estava com umas situações que viveram ao longo daquela semana e ele gostaria de compartilhar com todos, até com a ótica dele diante de tudo aquilo, e que a primeira delas foi a conquista para Jaguariúna, que passava a ser um marco, com certeza, para o desenvolvimento da cidade, que foi a chegada da Qualcomm para a cidade e que aquilo era um conquista de empregos, já que ela trazia uma proposta de mil empregos direto, fora os indiretos, até com empresas novas que poderiam chegar como satélites, dentro daquele processo de produção; disse que aquele esforço foi grande, aquela Administração lutou muito para que aquilo acontecesse, teve o apoio do Governo do Estado de São Paulo e lá ele parabenizava e agradecia a pessoa do senhor Governador, sobre a importância de levar e fomentar o processo no interior de São Paulo; comentou que venceram no final da concorrência para a cidade de Campinas, que era uma potência enorme em tudo, inclusive em tecnologia, pelas universidades que possuía, e Jaguariúna conseguiu ter uma empresa de alta tecnologia e de grande porte para a cidade e ele tinha a certeza de que o futuro de Jaguariúna seria marcado por aquilo e por uma arrecadação mais condizente com as áreas básicas da cidade; parabenizou o Secretário de Desenvolvimento Econômico e o senhor Prefeito; falou de uma questão que foi levantada até pelos Vereadores, pedindo desculpas pela falta de memória, sobre a qualificação e que a própria empresa Qualcomm tinha um processo de qualificação de funcionários, mas não obstante, o senhor Prefeito também procurou o Governo do Estado de São Paulo e teve lá o apoio do Vereador Romilson, do Vereador Silva, ao longo de anos, para a implantação de uma escola da ETEC em Jaguariúna, para qualificar a mão de obra, e tudo aquilo somava para dar o sucesso no desenvolvimento da cidade; falou que teve no domingo a “Corrida Rei e Rainha da Colina” e ele teve a honra e o prazer de participar percorrendo seis quilômetros e meio até as Colinas do Castelo, um evento muito bem organizado e que marcava a posição de Jaguariúna no circuito de ruas e levava para a cidade visibilidade, porque o Esporte era desenvolvimento de qualidade de vida; parabenizou a equipe da Team Re Manzato e todos os organizadores das Secretarias que apoiaram o processo, pelo brilhante evento que aconteceu no domingo; lembrou que teve outro evento na cidade, no domingo, que foi o “Fest Fusca” e disse que ele era um amante do fusca, um nostálgico naquele sentido; aquele evento aconteceu no Centro Cultural, reuniu várias pessoas e divulgava a cidade na parte turística, e eles tinham de divulgar mais aquele tipo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

de situação na cidade, e que a Associação vinha lutando com os eventos há anos e ele achava que eles precisavam dar mais suporte para que eles ampliassem cada vez mais aquele setor; teve também no domingo, o “Caminha Cão”, organizado pela Xodó de Bicho, no Parque Santa Maria e que foi um sucesso; comentou que levantar as questões da causa animal também era uma obrigação deles, obrigação daquela Casa; destacou naquele momento, que teve a oportunidade e, por estarem na presença do senhor Roberto, aproveitando daquilo falou que ele apresentou na semana passada três proposituras e um projeto de lei, para terem um atalho nos sites oficiais e governamentais do Município, da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal, era um meio de fácil divulgação, era um meio mais fácil para que as pessoas acessassem e fizessem denúncias de maus tratos; indicou, também, para a Administração Municipal, a criação do Conselho do Bem Estar Animal, porque causas do bem estar animal deveriam ser tratadas por políticas públicas e aquilo, sim, era importante para que eles conseguissem desenvolver mais aquela questão; falou que ele sugeriu ao Executivo que realizasse um processo de conscientização, porque tinham três mil cartilhas da causa animal, do bem estar animal e que aquilo fosse para as escolas, porque a escola era a porta de entrada das informações das famílias, então, algumas ações lá eles já defenderam; defenderam o Deputado Jorge Caruso que era o autor da lei da proteção contra os maus tratos em pet shops, então, tudo aquilo somado na conquista; com relação ao Castra Móvel, chegando do Governo Federal, através do Deputado Baleia Rossi, ou seja, os engajamentos daquela Casa, realmente, era sério, efetivo e precisava de mais, porque era pouco, ainda, diante da demanda das necessidades daquela causa; comentou que esteve na sexta feira, na Assembléia Legislativa de São Paulo, onde foi eleito o Deputado Cauê Macris, como Presidente da Assembléia, reconduzido, na verdade, para aquela nova legislatura como Presidente, e lá ele parabenizava o Deputado e a nova composição da Assembléia, dizendo que aquela Assembléia Legislativa era o suporte deles junto ao Governo do Estado, e era lá que eles tinham de levar as demandas, lá que tinham de discutir a questão das vagas do sistema CROSS, a Segurança Pública da cidade, a Saúde de Jaguariúna, a Educação, junto ao Governo do Estado; o Estado tinha de participar, não dependia só do Governo Federal, o Estado tinha a obrigação de ajudar os municípios, e eles tinham de cobrar naquela Casa de Leis; lembrou que se fez presente, representando o Município de Jaguariúna naquele evento e lá ele parabenizava os novos empossados; disse que tiveram na quinta feira o lançamento de uma lei que aprovaram naquela Casa, da Semana do



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Consumidor e do Dia do Consumidor, dia quinze de março, e era um importante marco também com o professor Gianetti, advogado especialista, com o representante da Fundação PROCON que proferiram e o diretor do PROCON local, o doutor Edson de Sá e o diretor do PROCON, o senhor Júlio Piffer, os quais organizaram aquele evento importante também, e ele deixava lá seus parabéns pela realização; por fim, falou de uma tragédia que acometeu a Educação e ele se sensibilizava também, na condição de educador, que foi o fato na cidade de Suzano, com aquela atrocidade, aquele absurdo que aconteceu com os jovens através de pessoas doentes, ou maldosas, como poderiam classificar; disse que a sociedade estava doente e vidas estavam sendo levadas por conta daquela doença mas, medidas tinham de ser tomadas; infelizmente, tinha um histórico ao longo daquela trajetória do País, porque antes tinha os Estados Unidos, mas naquele momento estava muito próximo e o Estado tinha de participar também da segurança pública nas escolas; parabenizou o Vereador Muniz que até naquele dia eles conversaram pela manhã e que ele entrou com uma indicação pedindo providências nas escolas do Município, da segurança pública, era um mérito, parabenizou o Vereador pela iniciativa e disse que, infelizmente, não puderam por na pauta daquela sessão por causa do prazo de protocolo, mas na próxima sessão seria o primeiro assunto e ele gostaria que o Vereador Muniz discorresse sobre aquele assunto lá, mas eles tinham de cobrar também, como ele já tinha falado, o Estado tinha a sua participação e aquelas tragédias aconteceram em nível estadual; lembrou que ele teve uma triste notícia recentemente (naquele momento o senhor Secretário solicitou para que o senhor Walter concluísse sua fala, pois o seu tempo havia se encerrado) e ele continuou dizendo que ele teve uma triste notícia pelas redes sociais de um episódio de uma agressão em uma porta de escola e ele ficou muito triste com aquilo, e era uma escola estadual e eles tinha que, sim, pensar e zelar pela população com toda certeza; agradeceu a todos. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

do Dia: Em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 004/2019, do Executivo Municipal, que altera, conforme específica, a Lei Complementar Municipal nº 209/2012 que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art.50, § 1º, III do R.I. cc Art. 42, da LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Cristiano José Cecon dizendo que ele queria dar, primeiramente, parabéns aos funcionários que estavam sendo agraciados com aquela nova lei porque desde a primeira discussão nas Comissões e ele achava que aquilo era importante dando o ponto de vista dele, o Fred de lá da Mesa, mandava perguntas para eles e ele achou muito legal, muito democrático aquilo e ele ficou muito feliz em ver que, na política nem tudo estava perdido, e das Comissões, ele achou muito bonito e importante a participação daqueles profissionais, parabenizou a todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. José Muniz dizendo que ele também queria parabenizar todos os bombeiros, em nome da Fernanda que era uma guerreira e ele seguida nas redes sociais todos os trabalhos, que eram muito bonitos, e ele sabia que não era fácil o trabalho deles lá, mas eles estavam de parabéns pela conduta, e era como o Cristiano falou, estavam lá presentes em todas as sessões discutindo e aquilo era importante para eles tomarem as decisões deles, porque não era só a vontade deles, era conforme a vontade e o querer dos outros também, porque eles que trabalhavam no dia a dia, e eles que sabiam das dificuldades e do que estavam precisando; parabenizou a todos, parabenizou a Fernanda, e que ela continuasse aquela guerreira, porque o trabalho não era fácil; em seguida, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto parabenizando os trabalhos da Defesa Civil de Jaguariúna, dizendo que eram pessoas que estavam com o quadro reduzido e eles sabiam o que todos enfrentavam, o que passavam no dia a dia, com equipamentos sucateados há muitos anos e aquilo era o mínimo que eles poderiam fazer naquela Casa, e eles, como Vereadores, poderiam buscar com os Deputados recursos para que eles conseguissem desenvolver ainda melhor o trabalho que faziam com muita presteza, em dias de sol, dias de chuva, estavam à disposição da população e todas as vezes que o Município precisavam deles, eles estavam presentes, então, ele achava que aquela Casa só tinha de agradecer o fato deles



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

estarem sendo reconhecidos naquela noite; justificou que ele não pôde estar na reunião de Comissões, na quarta feira, por motivo de saúde, mas ele ficou sabendo que tudo correu muito bem e o apoio dele era sempre favorável, eles estavam de parabéns e poderiam contar com aquela Casa sempre que fosse necessário; a seguir, pediu a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres dizendo que ele também queria deixar as palavras dele para os colegas bombeiros, ele era favorável ao projeto; parabenizou a Fernanda, dizendo que ele teve o prazer de em dois mil e nove, dois mil e doze de trabalhar com eles e ele sabia das dificuldades que todos eles atravessavam e ele sabia da dedicação de cada um deles no trabalho e o profissionalismo deles era indiscutível, como o David bem falou que era, o mínimo, que eles poderiam fazer lá; disse que ele ficou feliz na fala do Waltinho quando ele falou que os deputados que foram eleitos, outros reeleitos, em especial o Cauê Macris que foi eleito o Presidente daquela Casa e ele achava que cabia a eles lá, não só o Vereador, mas todos, através do Presidente, fazerem a solicitação para que pudessem dar uma atenção na Assembléia Legislativa, para darem atenção maior para a Defesa Civil, uma vez que estavam lá na entrada do Circuito das Águas, uma região que ocorria, quando era época da seca era fogo que eles tinham de apagar, corria para todos os lados, sem cotar os acidentes que eram frequentes e que eles tinham de conviver com aquilo também, então, ele esperava, lá na fala dele, eles estarem podendo fazer alguma coisa a mais para eles e mais uma vez os parabenizou pedindo para que Deus os abençoasse sempre, e pediu para que levassem o abraço dele a cada um da equipe; a seguir, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva, deixando seu abraço aos bombeiros e dizendo que ele achava que lá estava o exemplo, ver a questão dos funcionários, dos servidores, era preciso também que eles participassem e, naquela questão dos bombeiros, eles foram lá conversar com o Presidente da Casa, tão preocupados para eles estarem fazendo lá aquela correção tão importante para os cargos deles, então, ele parabenizava cada bombeiro, na pessoa da Fernanda, que era uma pessoa tão empenhada em resolver as questões das pessoas; então era aquilo, ele achava que acima de tudo, para resolverem alguns problemas na democracia, eles precisavam de organização, as pessoas precisavam se organizar mas, no intuito de estarem resolvendo problemas, não no intuito de estarem criando tumulto para que as coisas acontecessem, muitas vezes eles sabiam que precisavam de pressão mas, naquele caso dos bombeiros, valeu a organização deles; deixou seu abraço e seus parabéns; em seguida, tomou a palavra o senhor Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que ele gostaria de manifestar sua opinião em relação àquele



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

projeto, que era um projeto que foi lutado desde o ano passado e que eles fizeram uma alteração no Regimento Interno, criando a terceira classe, porém, faltou completar, alterando alguns artigos para que a ação produzisse efeitos imediatos e, naquele momento, foi feita justiça, depois de uma longa conversa, com o apoio do Executivo, e ele destacava lá a presença do Secretário Valdir, da Secretária Nenê, do Prefeito, do Secretário Fabiano, que ajudaram a compor, em várias mãos, aquela nova alteração da lei para que pudessem estar naquela noite a votando, era muito mais do que justo os bombeiros municipais receberem aquele benefício legal, benefício de um trabalho árduo, difícil e em condições cada vez mais complicadas, porque eles lidavam com a vida, e quando eles eram chamados não era para participarem de uma festa, mas era para salvar alguém que estava em situação de perigo, um animal, uma vida, um incêndio, para salvar o patrimônio, então, eles iriam sempre se defrontarem com os problemas e, daquela forma, fazer a voz de um profissional dedicado que, muitas vezes, colocava a vida em risco para poder salvar a do outro; destacou, também, não só aquela questão que estavam fazendo justiça, mas o papel importante já falado lá pelos Vereadores, das Comissões, aquilo lá não foi feito do dia para a noite e eram às quartas feiras que aquilo acontecia, e eles estiveram lá efetivamente para debaterem, para discutirem com os Vereadores e construir o projeto, e aquilo era democracia, aquela era a forma mais democrática para elaborar leis e daquela forma lutar pela cidade; destacou, também, os Guardas Municipais, a Polícia Municipal, que também tinha lá naquele projeto para mudarem o princípio piramidal, alterarem a adequação do efetivo que tinham, porque senão ninguém mais evoluía na Prefeitura, e os Guardas estavam sendo contemplados naquela alteração legislativa para que aquilo acontecesse e, também, era um trabalho e fruto de muito esforço da corporação, dos inspetores e dos guardas que lá estiveram às quartas feiras debatendo com eles, então, naquela noite era simplesmente o coroar daquilo, era por em votação e reconhecer que duas categorias profissionais dedicavam a vida por Jaguariúna e ele poderia dizer, sem medo de errar, que eles amavam Jaguariúna, porque eles respeitavam a população com o trabalho deles do dia a dia, e tinham o apoio dele integral e ele não iria votar porque não iria chegar até o Presidente, mas poderiam ter a certeza de que o apoio integral dele, eles já tinham; a seguir, em votação o Projeto de Lei Complementar nº 004/2019, do Executivo Municipal, que altera, conforme especifica, a Lei Complementar Municipal nº 209/2012 que dispõe sobre o regime jurídico único estatutário, regime próprio de previdência social e plano de cargos, carreiras e vencimentos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

dos servidores públicos integrantes do quadro funcional da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Jaguariúna, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 082/2018, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a construção de novos edifícios de apartamentos residenciais ou de qualquer outra natureza de até 12 (doze) pavimentos, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art.49, “a” § 1º, I do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo de Obras, Planejamento, Serviços Públicos, Atividades Privadas e Transportes. A seguir, foram apresentadas as seguintes Emendas: Emenda nº 1, de iniciativa do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo, que inclui o parágrafo único ao artigo 6º do referido projeto, ficando com a seguinte Redação: “Parágrafo Único - O CONPHAAJ – Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Arqueológico, Ambiental, Documental e Paisagístico do Município de Jaguariúna, deverá ser previamente ouvido e emitir Parecer de Viabilidade quando os edifícios de apartamentos residenciais ou qualquer outra natureza estiverem em área de interesse cultural, histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, ambiental, documental e paisagístico do Município.” Em Discussão a Emenda, pediu a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner que parabenizou ao Vereador Walter, Presidente, no sentido que era uma emenda muito apropriada, e que eles fizeram ali várias discussões em Comissões, nas reuniões de Comissões sobre essa questão de permitir que prédios maiores de quatro andares pudessem ser edificados na cidade, e pelo menos, no seu ponto de vista, era importante para a cidade, e que eles pretendiam que houvesse uma melhor qualidade de vida, que houvesse moradia para todos, enfim, ela acreditava que aquilo fosse uma coisa importante, para eles, especialmente, no momento de crise desses, eles pudessem destravar o desenvolvimento da cidade, e que ela achava importante, e que uma emenda daquele tipo, ela lhes garantia que a beleza da cidade iria ser preservada, o Patrimônio Histórico iria ser preservado, e que achava muito correto mesmo que o Conselho fosse consultado, sim; a seguir, tomaria a palavra a Sra. Tais Camellini Esteves que disse que queria discutir o projeto, mas o Sr. Presidente lhe explicou que o projeto viria na sequência, entrariam com o projeto, e assim, o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo disse de discutir a emenda, especificamente, e que aquele emenda era de sua autoria, e que tiveram o privilégio e a honra de fazer parte do Conselho de Patrimônio



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Histórico por alguns anos, acompanhando os trabalhos árduos desse grupo de abnegados que deixavam suas vidas pessoais, muitas vezes, para poder ir lá discutir o que era de interesse coletivo da cidade; disse que um projeto daquela envergadura, naquela dimensão para a cidade, não poderia deixar de ser ouvido esse Conselho que tinha, realmente, legitimidade e para falar sobre matéria de patrimônio histórico, arquitetônico, arqueológico, enfim, de tudo aquilo que tinha sido lido ali e na propositura, por isso tiveram a iniciativa de propor o parágrafo único para que eles fossem consultados e opinassem, para que não houvesse nenhum despautério; disse que esteve, na semana anterior, em Campinas, e tinha lhe chamado muito a atenção, esteve num prédio comercial, ao lado da Igreja do Carmo, a Igreja do Carmo, no hoje, estava sufocada por grandes edifícios, por grandes arranha-céus, e que se via o telhado da igreja, e que ele estava no oitavo andar, se não estivesse falhando a sua memória, e já estava muito superior ao telhado da Igreja, e que aquele patrimônio que deveria ter visibilidade, que deveria ter o respeito do seu entorno, muitas vezes não foi contemplado dessa maneira, e que o Conselho deveria ser consultado, ele defendia essa tese, e pediu ali o apoio dos nobres Vereadores na votação daquele projeto, daquela emenda, para que eles pudessem crescer com ordenação, com regras e, principalmente, em perder a memória e história da cidade; agradeceu. Em votação a Emenda nº 01, do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Emenda nº 2, do Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que Modifica o “caput” e inclui o § 3º ao artigo 2º ao Projeto de Lei nº 082/2018: “Art. 2º As Diretrizes serão emitidas pelo Grupo de Análise e Aprovações de Empreendimentos Imobiliários – GAEMI ou por outro que vier substituí-lo, levando-se em consideração aspectos urbanísticos, abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários e sistema viário. §1º (...) §2º (...) §3º O Grupo de Análise e Aprovações de Empreendimentos Imobiliários – GAEMI será composto por membros da Administração Pública e da Sociedade Civil, sendo estes membros da Associação de Engenheiros e Arquitetos do Município.” Em Discussão, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto que disse que achava muito válida aquela emenda porque eles precisavam colocar aquela Associação dos Engenheiros fazendo parte e que ele só queria fazer uma sugestão deles colocarem a palavra “paritário”, porque a Comissão podia ter cinco membros e um da sociedade civil e o resto do Executivo e que eles pudessem colocar, fazer aquele aditivo na emenda, para conseguir, realmente, fazer uma coisa mais justa, e ter uma aprovação mais legítima, no seu ponto de vista, e aí colocar à disposição da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Casa; o Sr. Presidente disse que ele teria que apresentar uma nova emenda, e o Sr. David Hilário Neto continuou dizendo que achava que o texto já dizia isso, e que ele perguntou para o Bozó se estava paritária a comissão e ele disse que, pelo texto, não; o Sr. Presidente sugeriu ao Vereador que ele fizesse uma emenda ali para compor; o Sr. David disse que iria providenciar e solicitou ao Sr. Presidente que suspendesse a sessão para isso, que ele agradecia; o Sr. Presidente suspendeu a sessão para a elaboração da emenda; cumprido o prazo solicitado de suspensão, o Sr. Presidente reabriu a sessão, dizendo que ele gostaria de expor ali algumas situações, atendendo ao pedido do Presidente da Comissão de Meio Ambiente e do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação para uma análise mais criteriosa, na questão da emenda, solicitou ao Departamento Jurídico a emissão de parecer e busca jurídica sobre a propositura de sua emenda de número dois, àquele projeto, e a seguir, leu a todos o Parecer emitido pelo Departamento Jurídico da Casa: “Parecer Jurídico - Referente à Emenda n. 2 - Projeto de Lei n. 082/2018. Trata-se de Emenda apresentada pelo Sr. Vereador David Hilário Neto (o Sr. Presidente citou e Walter Luís Tozzi de Camargo, e que achava que tinha faltado ali a análise), na qual estabeleceu que o Grupo de Análise e Aprovações de Empreendimentos Imobiliários – GAEPI, será composto por membros da Administração Pública e da Sociedade Civil de forma paritária, sendo esses membros de Associação de Engenheiros e Arquitetos do município. Em síntese, o relatório. Analisando os aspectos técnicos legais, estritamente pelo viés constitucional, este Departamento Jurídico, após instado a se manifestar por determinação do Presidente desta Casa de Leis, entende que referida emenda não se coaduna com os mandamentos legais e constitucionais aplicáveis à espécie, em particular, no que tange à Constituição Federal e Estadual. Neste diapasão, a emenda tal como apresentada, revela clara ingerência deste Poder Legislativo sobre o Poder Executivo, infringindo inclusive o princípio da separação dos Poderes, inclusive no âmbito organizacional. Note-se, que referido Grupo foi criado através do Decreto Municipal n. 3.591/17, o qual estabelece, inclusive, sua composição. Desta forma, é inegável que os preceitos da Constituição do Estado são aplicáveis aos Municípios por força de seu art. 144, que assim estabelece: ‘Artigo 144 - Os Municípios, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira se auto-organizarão por lei orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição’. Portanto, após uma análise criteriosa da emenda apresentada, esta, salvo melhor juízo, é incompatível com os seguintes preceitos da Constituição Estadual:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

‘Artigo 5º - São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. § 1º - É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições. § 2º - O cidadão, investido na função de um dos Poderes, não poderá exercer a de outro, salvo as exceções previstas nesta Constituição.’ Desta feita, verifica-se que a emenda proposta viola o princípio da separação de poderes, previsto expressamente no art. 5º, “caput” e § 1º, e no art. 47, II e XIV, e XIX da Constituição do Estado, aplicáveis aos Municípios por força do art. 144 da Carta Paulista. Assim, é imperioso ressaltar que cabe exclusivamente ao Poder Executivo a decisão quanto à formação nas diversas áreas de gestão, envolvendo os órgãos da Administração Pública em geral. Não se trata, evidentemente, de atividade sujeita à disciplina legislativa, razão pela qual não compete à Câmara Municipal ocupar-se do referido objeto, sob pena de se permitir que atue invadindo área privativa do Poder Executivo. Trata-se de atuação administrativa que decorre de escolha política de gestão, na qual é vedada intromissão de qualquer outro Poder. É pacífico na doutrina, bem como na jurisprudência, que ao Poder Executivo cabe primordialmente a função de administrar, que se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público. De outra banda, ao Poder Legislativo, de forma primacial, compete a função de editar leis, ou seja, atos normativos revestidos de generalidade e abstração. Cumpre recordar aqui o ensinamento de Hely Lopes Meirelles, anotando que ‘a Prefeitura não pode legislar, como a Câmara não pode administrar. (...) O Legislativo edita normas; o Executivo pratica atos segundo as normas. Nesta sinergia de funções é que residem a harmonia e independência dos Poderes, princípio constitucional (art.2º) extensivo ao governo local. Qualquer atividade, da Prefeitura ou Câmara, realizada com usurpação de funções é nula e inoperante’. Sintetiza, ademais, que ‘todo ato do Prefeito que infringir prerrogativa da Câmara – como também toda deliberação da Câmara que invadir ou retirar atribuição da Prefeitura ou do Prefeito – é nulo, por ofensivo ao princípio da separação de funções dos órgãos do governo local (CF, art. 2º c/c o art. 31), podendo ser invalidado pelo Poder Judiciário’ (Direito municipal brasileiro, 15. ed., atualizada por Márcio Schneider Reis e Edgard Neves da Silva, São Paulo, Malheiros, 2006, p. 708 e 712). Deste modo, quando a pretexto de legislar, o Poder Legislativo administra, editando leis acerca da atribuição de outro poder – ou, como no caso deste feito, viola a harmonia e a independência que deve existir entre os poderes municipais. Isso porque, a esse respeito, também não é imperativo que a lei autorize ou determine ao Poder Executivo fazer aquilo que,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

naturalmente, encontra-se dentro de sua esfera de decisão e ação. Em outras palavras, se a lei, fora das hipóteses constitucionalmente previstas, dispõe sobre atividade tipicamente inserida na esfera da Administração Pública, isso significa invasão da esfera de competências do Poder Executivo por ato do Legislativo, configurando-se claramente a violação do princípio da separação de poderes. Por fim, o dispositivo questionado viola o princípio federativo, motivo pelo qual opinamos por sua inconstitucionalidade. É o parecer. Jaguariúna, 19 de março de 2.019. Maíra Calidone Recchia Bayod - OAB/SP: 246.875 e Livia Martins Baldo Nini -OAB/SP: 271.103.” o Sr. Presidente disse que acompanhava o parecer o Decreto Municipal nº 3.591, de 27 de julho de 2017, que dispõe sobre o fornecimento de diretrizes pré-aprovadas e aprovação de empreendimentos imobiliários do Município de Jaguariúna, e dá outras providências; acompanhava também o Parecer o Decreto nº 3.692, de 1º de fevereiro de 2018, que altera, conforme especifica, o art. 2º do Decreto Municipal nº 3.591/2017, que dispõe sobre o fornecimento de diretrizes, pré-aprovação e aprovação de empreendimentos imobiliários no Município de Jaguariúna, e dá outras providências; e acompanhava, por fim, a Portaria nº 174, de 2018, que dispõe sobre nomeação dos membros do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos de Empreendimentos Imobiliários-GAEPI. Disse que, diante da análise e da solicitação feita pelos Presidentes das duas Comissões, os quais tinha citado no início, ele pediu a retirada da sua emenda número dois ao projeto número oitenta e dois de dois mil e dezoito; pela ordem, pediu a palavra o Sr. Rodrigo da Silva Blanco que agradeceu ao Presidente por ter atendido ao pedido da Comissão de Meio Ambiente, Uso e Ocupação do Solo, a retirar a emenda, que ao seu ver, eles tinham feito todas as reuniões necessárias e audiência pública, ao seu ver e da Comissão, escanteava um pouco os membros indicados pela Comissão do Executivo, e ali foi tratado e deixado amplamente visível à população as emendas que ali combinaram juntos e acharam que era de grande valia ao Projeto, e agradeceu mais uma vez ao Presidente pela retirada; a seguir, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, e que ele gostaria só de entender um pouquinho, que a emenda dele e da do Sr. Presidente era muito parecida e que a emenda do Sr. Presidente o Jurídico não tinha analisado antes de ser lida e iria ser até aprovada, acreditava, pela Casa, mas quando o Vereador, considerado da oposição, fazia uma emenda buscando algo paritário, até o Professor Tomaz estava sentado ali atrás, e falou: “Nossa! Isso é muito importante para a população.” E que até ele achou que estava tudo resolvido, se retirou, e que eles



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

se reuniram por mais de uma hora, uns quarenta minutos, e surgia um parecer contrário; disse que achava que aquela Casa precisava ter um pouco mais, como poderia dizer, de coerência nas decisões, porque que quando o Vereador tinha apresentado a emenda, o Jurídico não se posicionou, o Vereador como advogado, uma pessoa que entendia muito da lei, que ele, David, admirava muito, que conhecia o Regimento de trás para frente, não sabia que era inconstitucional a lei dele? Só foi ele, David, apresentar a sua emenda para se tornar tudo inconstitucional; disse que, no seu ponto de vista, o que estava acontecendo ali era falta de transparência, falta de transparência porque era uma emenda considerada do Grupo da Oposição, falta de transparência porque o Jurídico da Casa, com todo o respeito, trabalhava quando era chamado, com certeza, mas falava da inconstitucionalidade quando era alguma coisa do lado de cá da Bancada, e que isso era uma coisa que o preocupava muito; disse ao Magrão, com todo o respeito, que ele veio na Audiência Pública, pôde participar, foi uma audiência pública muito transparente, onde discutiram muito, mas não foi fechada emenda alguma, e que a emenda cabia ao Vereador a qualquer momento; disse que ele entendia que, na reunião passada, foi discutido que iria se colocar em votação, e que ele não estava presente, por motivo de saúde e que ele estava com atestado médico da semana inteira e que, infelizmente, ele não pôde estar na Casa, mas tinha conversado com seus Pares que tinham deixado muito claro que as emendas não foram discutidas na reunião de Comissões; disse que, com todo respeito àquela Casa, com todo respeito ao Sr. Presidente, ao Jurídico, ele estava se sentindo ali, simplesmente, um Vereador que não podia colocar uma emenda para ser apresentada e julgada e que era inconstitucional, e que eles precisavam olhar com mais carinho cada projeto e cada emenda naquela Casa, porque quando convinha, passava o que tinha que passar ali dentro, e por esse modo, ele achava que como estavam sendo apresentadas diversas emendas na Câmara, naquele dia, ele achava que aquele projeto estava indo além do que foi discutido na Audiência Pública, desse modo, vendo o artigo duzentos e vinte e nove, parágrafo único, ele queria pedir vistas do processo, ele queria que suspendesse a sessão por mais cinco minutos, porque o pedido tinha que ser por escrito, e que ele gostaria de pedir vistas e, realmente, analisar, porque se não tinha pressa, se não tinha nenhum empreendedor querendo fazer um prédio de doze andares no dia seguinte, não tinha porque a Casa sair correndo, querendo aprovar aquela lei, e ele, como Vereador, se sentia na dúvida de votar da forma que estava sendo colocado, inclusive, disse ao Magrão, como ele, David, dizia, naquela reunião estava ali o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Conselho dos Arquitetos e Engenheiros, e eles falaram para eles, que eles iriam estar na Comissão, e se era inconstitucional, eles teriam que chegar no Executivo e pedir para alterar o projeto como já tinha sido feito diversas vezes pela Casa, e que eles não podiam votar um projeto da forma que estava ali, naquele dia, sem colocar isso, porque isso tinha sido acordado com eles na Audiência Pública, que eles teriam voz na Comissão e que ele se lembrava muito bem que foi discutido e que isso foi proposto e que isso não estava sendo colocado ali, nem cumprido; disse que a Casa não tinha pressa para votar um projeto como aquele porque não tinha nenhum interessado, segundo foi dito ali, sem contar um senhor que esteve ali que disse que era empreendedor, que apareceu do nada e foi uma coisa muito estranha, mas até aí não cabia a eles julgar, porque ele era cidadão, ele poderia estar em qualquer audiência pública na Casa, mas que ele gostaria de um pouco mais de transparência e respeito, porque eles ali do PTB nunca desrespeitaram a Casa, nem uma emenda, nem um projeto deles, e por isso ele gostaria de um pouco mais de respeito e transparência ali naquela Casa, e pediu ao Presidente se ele pudesse suspender a sessão para que ele fizesse o pedido de vista, ele agradeceria; a seguir, pediu a palavra o Sr. Rodrigo da Silva Blanco que disse ao Vereador David, que queria colocar sua palavra, também, e que, na realidade, ele não se lembrava dessa inclusão dos membros da Engenharia de Jaguariúna, e o que ele achava, pelo que ele pediu para o Presidente retirar, que era uma falta de respeito ao trabalho que foi feito pelas Comissões, e a Audiência Pública foi sim, disse ao Vereador, eles acataram a emenda do nobre Vereador Bozó, acatou a sugestão bem vinda do ex Vereador, Presidente da Casa, Adilson, e que ao seu ver pedindo vistas e eles suspendendo aquela sessão, uma falta de respeito com o trabalho deles, e pediu para que isso não acontecesse, porque ele era contrário ao pedido de vistas, porque ele achava que, no seu consentimento, estava tudo às claras aí, e que isso era uma desconfiança que achava que o nobre Vereador estava tendo, da indicação do GAPEI, que era uma indicação do Prefeito e comissões quem montava era o Prefeito, era inconstitucional, e que ele achava que tinha que transcorrer normal a sessão, e que achava que tinha sido bem discutido nas sessões de audiência pública e também na quarta-feira anterior; pediu, novamente, a palavra o Sr. David Hilário Neto que disse que respeitava a posição do Vereador, mas até gostaria de rever, como foi tudo muito gravado até o que aconteceu na Audiência Pública, porque ele se lembrava muito bem que foi falado isso para a Comissão de colocá-los fazendo parte, inclusive na Audiência Pública que teve na Casa não saiu dizendo assim: “vai ser emenda



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

um, emenda dois, emenda três...”, a Comissão iria se reunir e iria fazer as emendas posteriormente, e que se tivesse feito essa discussão na última quarta-feira, que ele não esteve presente, e que poderiam alegar isso, de fato, não foram discutidas aquelas emendas, as emendas foram apresentadas na Casa durante o decorrer da audiência até aquele dia, e que eles estavam tendo acesso às emendas, naquele dia, na Casa; entre outras coisas, parabenizou ao Waltinho quando fez a emenda e que ele, de todo o coração, quando ele falou do paritário, não era para causar nenhum furor, nada contrário ao Governo, e que achava que transparência não faltava, o Conselho de Engenheiros, quantos engenheiros do Município faziam parte daquele Conselho, que poderia fazer parte, perguntou; disse que se fosse bom para a cidade, com certeza esses empreendimentos, aquele Conselho estaria a favor, não seria só uma indicação política, que era o que eles buscavam ali; disse que ele gostaria de pedir vistas, sim, do processo, e que ele achava que direito ele tinha, eles podiam votar contra, com certeza, cabia a eles, mas ele não se sentia confortável, como era um colegiado, e não era nenhuma sangria desatada aquele projeto, achava que dava para esperar, sim, uma sessão, talvez eles se sentarem com a Comissão, chamar o Conselho até a Casa, até mesmo falar com o Senhor Prefeito, o Sr. Rodrigo da Silva Blanco disse que achava uma falta de respeito com o trabalho deles, disse ao Sr. Presidente, e o Sr. David continuou dizendo de inclusive falar com o Sr. Prefeito, que sempre os recebeu lá, muito bem, e aderiu às sugestões deles, para eles se sentarem e conseguirem discutir aquela questão, se dava para colocar na Comissão e vir do Executivo um substitutivo, porque eles sabiam que, depois de aprovado esse projeto, não iria voltar para a Casa, e aquela Comissão poderia ficar por quantos anos, por quantas legislaturas de pessoas que eles não conheciam, no hoje eles sabiam quem estava lá, e no amanhã? Disse que eles estavam legislando ali para a cidade como um todo, o Sr. Rodrigo disse que tinha a revisão da emenda de quatro em quatro anos, o Sr. David disse que dali quatro anos, e que o mandato virava dali um ano e meio, e que ele gostaria de solicitar, pedir essa suspensão para ele fazer esse pedido de vistas que tinha que ser por escrito, não podia ser verbal; a seguir, pediu a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner que disse que só queria citar, com relação à próxima emenda, que lhes dava muita segurança, aquela questão dos quatro anos, porque o Vereador perguntou, quantas legislaturas iriam permanecer, e ela disse que não, não necessariamente, porque mais um ano e meio daquela e na metade da próxima já era revista e que isso lhes dava uma segurança, e que, no seu ponto de vista, eles poderiam votar dessa forma, por



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

conta daquela próxima emenda que vinha depois; a seguir, tomou a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que, como ele tinha sido citado nas colocações dos nobres Vereadores, gostaria de ter a oportunidade, também, de justificar as posições ali apresentadas; primeiramente, disse ao Vereador, que ele citava algumas situações referentes à sua posição como Presidente da Casa e também da sua formação acadêmica de carreira profissional, e que ele gostaria de deixar claro para o Vereador que aquelas discussões, sim, foram feitas na casa a sua exaustão, foram feitas ali desde o ano anterior, quando foi a primeira leitura daquele projeto, ao ler nas Comissões, ele não contou com a presença do Vereador desde o ano anterior; o segundo ponto queria deixar claro também que, na audiência pública foi muito transparente, muito boa, a participação das pessoas que estavam na Casa, dos engenheiros, arquitetos, enfim, da população como um todo e, terceiro, que, na quarta-feira anterior, também, contando com a ausência do Vereador, por motivos particulares, eles sabiam os quais, mas contando com a ausência do Vereador, também foram discutidas as emendas, e até se lembrava, claramente, ele estava ao lado do Vereador Luiz Carlos, sentando-se na mesma cadeira em que o Vereador se sentava naquele momento, e eles discutiram, sim, as emendas, tanto que eles notificaram o Sr. Presidente da Comissão e o Sr. Presidente da Constituição e Justiça, que eles apresentariam emendas com aquele teor, e que ainda havia nessa oportunidade algumas anotações apresentadas pelo ex Presidente da Casa, uma pessoa notória, de um sumo conhecimento que tinha que ser levado em consideração, o Sr. Adilson, que encaminhou ao Vereador Luiz Carlos algumas propostas que seriam a emenda número três a ser apresentada ali na Casa; quanto à questão da formação jurídica e situação que foi apresentada, disse ao Vereador, que o informava que a análise dele no Departamento Jurídico, era óbvio, que existia um princípio de subjetividade, e que ele tinha uma análise e podia ser que outro colega tivesse uma outra análise, em respeito à análise dos Colegas, dos profissionais que ali estavam e que ele estava ali debatendo com dois profissionais do direito, e não somente com um, que, realmente, pediram, fizeram uma análise mais criteriosa dos princípios da apresentação da Emenda, atendendo ao pedido do nobre Vereador e Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e atendendo ao pedido do nobre Vereador da Comissão de Justiça que fosse feito uma reanálise diante daquela propositura, e que, infelizmente, ele não tinha o poder do oniconhecimento, não conhecia tudo, e que ele tinha a sua visão, e assim ele acatava, também, opiniões em contrário, até porque o Parecer, e não sabia se o Vereador tinha prestado atenção quando ele leu, ele



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

apresentava a palavra “salvo melhor juízo”, e que juízo de valores podiam acontecer no direito e que isso era uma prática usual em qualquer princípio do direito, fosse no Poder Judiciário, fosse no Poder Administrativo, fosse no Executivo ou no Legislativo, essa situação o Direito permitia e era complacente, e que ele queria justificar essas colocações e deixar, também, registrado que, às quartas-feiras, era um momento certo das discussões e, infelizmente, não estavam vendo todos estarem ali presentes, naquelas discussões, e era muito importante aquele momento, que era lá na quarta-feira que eles esmiuçavam os projetos, e que entendia de uma maneira e acatava, também, pareceres em contrário exatamente apresentado por pessoas de notório saber jurídico, talvez, com maior notório saber jurídico que o próprio conhecimento que ele tinha naquela casa, e que ali, atendendo, então, o pedido do nobre Vereador, Presidente e do nobre Vereador Presidente, ele tinha tomado aquela decisão, era uma decisão coerente, condizente com a realidade, e afirmava para o Vereador que a transparência e a lisura na Casa sempre existiram, tanto existiram que eles primavam por isso desde o primeiro dia, sempre, sempre, e que aceitava opiniões em contrário, mas não concordava com elas; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que disse que ele só gostaria de tecer algumas opiniões com relação ao fato que tinha acontecido ali na Casa, disse ao Sr. Presidente, levando em consideração a fala de todos e respeitando-as, mas ele não podia deixar de falar que tudo aquilo que aconteceu de enaltecer aquilo que o nobre Vereador David falou, que a emenda do Sr. Walter, ele tinha certeza que se não fosse a palavra “paritária” que o nobre Vereador queria colocar na emenda dele, ela passaria sem discussão nenhuma, e que ele estava sendo franco ali, e que até tinha falado para os seus Colegas ali, inclusive ele tinha tido ali uma discussão com um Colega seu, que era o Zé Muniz, e que ele falou para ele que ele poderia votar que o Prefeito iria vetar, e perguntou ao Vereador se não tinha sido isso que ele falou para ele, ou não foi, porque ele não queria votar na emenda do nobre Vereador David, e perguntou se não tinha sido isso, e o Vereador disse que iria ser contra; o Vereador Alfredo disse que era isso, que ele podia votar, porque a emenda já estava errada, e que ali eles tinham que aprovar e ele com todo o respeito à falta de conhecimento do Vereador, que ele não conhecia tudo, e que ele, Fred, também não conhecia tudo, mas eles tinham que respeitar a vontade de cada Vereador ali, como foi discutido na quarta-feira passada, que as emendas iriam ser apresentadas, posteriormente, e que foi o que o nobre Vereador fez, inclusive o nobre Vereador Bozó estava presente, e que na reunião de Comissão não foi



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

discutido aquele projeto, na quarta-feira anterior ele não foi discutido, e que eles discutiram o projeto dos bombeiros, o projeto do negócio de ética dos Vereadores, e que ele falou que ele tinha que ir embora, eram quase oito horas, e confirmou com a Cássia se não era, e que o nobre Vereador Silva foi embora às sete horas, porque tinha um compromisso numa escola e a Cássia falou que ela tinha que ir embora também, e que ele falou que também precisava de ir embora, deu tchau para todo mundo e foi embora, e que não discutiram mais nada, e que ficou-se certo de votar o projeto de doze andares, mas também, de apresentar as emendas, inclusive era motivo de se apresentá-las na hora da sessão, com todo respeito ao trabalho dos nobres Vereadores, mas que ele iria ser mais uma vez franco de tudo aquilo que ele viu, eles se fecharam na sala, e a melhor solução foi tirar a emenda do Waltinho, porque eles iriam ficar numa saia justa, e perguntou se eles concordavam com eles; o Sr. Rodrigo da Silva Blanco pediu um aparte e disse que antes dele apresentar a emenda da paridade, ele já tinha acionado o Presidente dizendo que aquilo eles não tinham discutido, e que a emenda que tinha sido discutida na reunião de quarta-feira, que iria por para votar, e que o próprio Bozó pediu se poderia segurar mais uma semana, e que ele disse que eles já estavam tendo trabalho, aquilo já estava desgastado, mas que ele queria propor uma emenda, e que ele, Rodrigo, falou que beleza, e perguntou qual era a emenda, e ele disse que era da testada da guia rebaixada, mas a revisão de quatro anos, mais uma do Waltinho que tinha colocado do Patrimônio, e ficou certo, e que agora, de última hora, e no seu ponto de vista, era desvalorizar um trabalho que tinha sido feito, no seu ponto de vista; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que ele valorizava o trabalho dele (e o Vereador Rodrigo disse de todos), e que valorizava, mas o que tinha acontecido ali, realmente, foi um fato que eles ficaram ali sentados, e eles discutindo a melhor solução que poderia ser dado ao Projeto, e a emenda, nem foi o projeto; o Sr. Rodrigo da Silva Blanco disse que não foi só porque o David tinha apresentado e que ele já tinha questionado o Presidente; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que o David não tinha consultado ninguém ali, o David tinha apresentado de boa, “paritário”, e que ele também achava um absurdo o que apresentou, mas ele apresentou; o Sr. Rodrigo da Silva Blanco disse que quando o Waltinho apresentou a dele, ele já se levantou e falou que aquilo eles não tinham discutido; o Sr. David Hilário Neto pediu a palavra dizendo ao Magrão, com todo o respeito, ele poderia ser contra, mas a emenda dele, ele tinha sido contra lá atrás, não ali na frente, não foi; e que quando ele pediu para ser paritário, e que o Vereador falou ao Waltinho que iria dar problema; o Sr.

W



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Alfredo Chiavegato Neto disse que iria enaltecer o trabalho do Jurídico da Casa, estava certinho, realmente, estava equivocada a emenda, disse ao Waltinho, com todo o respeito, mas ali, fazendo argumentação com os Colegas, dizia que eles podiam votar favoráveis que o Prefeito vetaria lá e eles analisariam o veto no artigo, que era o artigo todo; disse, entre outras coisas, que eles tinham pessoas ali de todas as classes sociais, e que eles eram representantes deles ali, e que eles não precisavam conhecer de nada e que a maior atribuição deles era apresentar emenda em qualquer momento da sessão, eles podiam no projeto da discussão, estava sendo respeitado, agora, a retirada da propositura era só a pessoa que era o autor dela, que era o Waltinho, ele estava retirando, acabou-se a discussão, mas foi a solução mais inteligente numa celeuma que iria acontecer ali, no momento da discussão do projeto; o Sr. Rodrigo da Silva Blanco disse que não tinha sido porque o David tinha levantado a palavra “paritária”, pois ele, Rodrigo, já tinha questionado o Presidente; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que eles tiveram até o auxílio do Executivo dentro da Casa, o Secretário estava ali dentro para falar que a emenda não seria necessária, ali dentro da Casa; o Sr. Rodrigo Blanco falou, novamente, que a hora que eles começaram ali, ele tinha falado da emenda para o Waltinho, tudo bem; tendo em vista a falação dos Vereadores todos ao mesmo tempo, o Sr. Presidente pediu que se mantivesse o ritmo regimental, no pedido “pela ordem” para que a discussão fluísse normalmente; pela ordem, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto que disse que ser contra ou ser a favor, chegar lá e o Jurídico falar que era constitucional ou inconstitucional, eles tinham todo o direito do mundo disso acontecer, mas estava muito vergonhoso e feio, que aconteceu isso desde a reunião passada, ou melhor, da última discussão que teve, era se unirem em oito e deixarem os cinco ali, e se era uma questão que estava inconstitucional, porque não os chamar lá dentro, porque ali não tinha nenhuma criança, e falar: “Vereador, vem cá, o que você está propondo é inconstitucional. Nós vamos fazer isso, isso, isso. Tá Ok?” Disse que achava que era por uma questão de respeito, não vir com parecer pronto com oito páginas, para falar que aquela emenda era inconstitucional, porque com todo respeito, disse ao Magrão, se não tivesse a emenda dele, iria passar a do Waltinho, iria ter o voto dele, David, favorável, iria passar, mesmo o Vereador Rodrigo sendo contrário, iria para votação, e iria passar; o Sr. Rodrigo da Silva Blanco disse que da sua parte não iria passar; o Sr. David continuou dizendo que tudo bem, mas ela iria para votação e iria passar, e quando surgiu a simples palavra “paritário”, e que achava que nada mais justo,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

e que ele estava pedindo vistas, naquele momento, do processo, porque ele queria falar com o Executivo e ele tinha certeza que o Prefeito iria ter bom senso e mandar aquele projeto de lei modificado, e era por isso que ele estava pedindo vistas, com todo respeito à Comissão, mas a Comissão não apresentou todas as emendas, porque o Presidente também apresentou emendas em separado, o Bozó também apresentou emendas em separado, e foi discutido ali na Casa, e que ele gostaria de ter oportunidade; o Sr. Rodrigo perguntou se não tinha sido discutido, e o Sr. David disse que foi discutido, e entre a dúvida do Vereador Rodrigo e do Vereador Fred que não tinha sido discutido na quarta-feira anterior, o Sr. David disse que foi discutido na Audiência Pública não na reunião de Comissões, e que na quarta-feira anterior não teve discussão na Casa; diante, de novamente, discussão sem o pedido regimental, o Sr. Presidente pediu mais uma vez para eles manterem a linha regimental, e iria aproveitar a oportunidade, e pedia pela ordem, antes de abrir a palavra para o nobre Vereador Luiz Carlos, na quarta-feira anterior, com final e término da reunião, foi discutido, sim, que eles apresentariam emendas, e que aquela frase tinha sido muito clara, e que a Comissão, que as Comissões, na verdade, entenderam estar apto para ser enviado ao Plenário emissão de parecer do Projeto, e que o nobre Vereador tinha razão, sim, houve sim uma discussão do Projeto, ele não foi relido, evidentemente, mas que houve uma composição entre as Comissões, houve, sim, na quarta-feira anterior, e que ele não tinha dúvida sobre isso; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto disse que não foi tema que foi levantado pela Comissão de Constituição, e que foi discutido ali entre o Sr. Presidente, o Bozó e o Magrão que talvez tivesse escutado, e que o Silva não estava nem presente, o Silva foi embora às sete horas da noite da reunião, o Silva teve um compromisso numa escola, e que achava que era no EJA, se não se enganava, que o Silva falou que tinha um compromisso, e que ele foi lá, o nobre Vereador, e depois a Presidência da Comissão de Constituição seguiu pela Cássia, e que existiu uma conversa paralela ali, e na Comissão eles não discutiram aquele projeto, e que ficou-se decidido que ali iriam apresentar algumas emendas, que talvez não tivessem discutido na audiência pública, e ficou tudo certo de ser encaminhado o projeto, e ele se lembrava que ele teve que sair um pouquinho antes, e que ele não sabia se eles tinham discutido depois, daí ele pedia desculpas (durante a fala do Sr. Alfredo Chiavegato Neto, o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo e a Sra. Cássia Murer Montagner disseram que era exatamente aquilo que o Vereador falava); pela ordem, pediu a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner dizendo que era exatamente aquilo que o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Vereador falou no final, quando eles decidiram por votar, se considerou que a discussão da audiência pública que estava valendo, e o Sr. Rodrigo da Silva Blanco disse e pelas emendas que o Bozó tinha proposto; e a Sra. Cássia comentou que iria ter emenda na hora, e quais emendas seriam, as que foram discutidas lá, que não foram discutidas naquele dia; pela ordem, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse que achava que era prudente, como o David falou, e que ele tinha falado para o Magrão na última reunião de Comissão, que seria interessante eles esperarem mais um pouco, pelo menos mais uma sessão, e perguntou ao Vereador se ele concordava que ele tinha falado isso, e o Vereador Rodrigo disse que eles precisavam ver as emendas, e que era isso aí, e o Sr. Luiz Carlos disse que eles tinham que ler as emendas, na quarta-feira na reunião de Comissão para o pessoal, discutir as emendas, e que ele achava que seria mais interessante, e que ele achava que era prudente mesmo o que o David estava pedindo, e que aquele projeto tinha entrado na Casa, e que o ofício era de um de novembro de dois mil e dezoito, e que já teve audiência pública, já foi passado a mais de um Vereador que não precisava atropelar, que podia ser feito com tranquilidade, e que ele achava que seria prudente mesmo, e que eles poderiam esperar pelo menos mais uma sessão, duas, sabia-se lá, e de acordo com o requerimento que o Vereador iria apresentar, e dar a oportunidade para ele ir lá conversar com o Executivo, e que ele lá poderia falar que era interessante, que poderiam alterar o projeto porque não tinha tanta pressa, porque no próprio ofício de encaminhamento que o Prefeito fez, ele não tinha solicitado urgência no projeto, porque não estava no encaminhamento, e que achava que seria interessante eles adiarem, pelo menos por uma ou duas sessões, e dar oportunidade dele ir lá conversar com o Executivo para que fosse feito daquela forma; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que disse que gostaria de dar sua opinião com relação ao Projeto e que ele era favorável ao Projeto, mas também não via problema nenhum deles adiarem e não via a necessidade de pressa nenhuma para eles estarem votando o projeto, e que só queria dizer e que ele era favorável a ele; disse, ainda, e que já tinha sido dito ali, confirmou com a Tais, que talvez o projeto seria dele, que o projeto era dele, e que ele era engenheiro civil, participava, queria o desenvolvimento da cidade, sabia das prerrogativas que precisava para se fazer doze andares, sabia da dificuldade que era para executar um projeto daquela envergadura, e que sabia que o Município, além daquela legislação que era de quatro andares, ela era bem restritiva, era difícil ter um terreno que se pudesse elevar doze andares, e disse que, realmente, eles



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

discutiram bastante, não pediu voto para ninguém favorável ou contrário ao projeto, sempre teve ali a postura de deixar a Casa decidir como bem entendesse, e confirmou com a Tais que o procurou, aquele dia, perguntando se ele teria alguma coisa se ela votasse contra, e que ele disse que não, e que era para ela votar do jeito que ela quisesse, e que ele não estava pedindo voto para ninguém, deixando bem claro, e que falaram que o projeto era dele, e que falaram que o projeto era dele, e que o projeto era do Executivo, e ele votava favorável a ele, e também ele tinha suas razões para isso; disse que não participou de audiência pública, não veio participar de nada daquilo que, realmente, fosse ligado àquele projeto, para não dar aquela conotação que o projeto tinha a sua envergadura, sua solicitação para que ele fosse aprovado, para que, realmente, aquela Casa fosse mais imparcial possível, mas ele concordava com as vistas, se o nobre Vereador apresentasse, e ratificava mais uma vez que ele estava ali fora, chateado com a situação, e discutindo politicamente, decidindo politicamente a votação em uma emenda, que poderia ser vetada, só isso, pedindo o apoio dos Colegas para que eles votassem favoráveis à emenda do nobre Vereador que, na pior das hipóteses iria ser vetada, e sabia da situação que, realmente, iria causar, da ingerência, principalmente, do GAEPI, e que o GAEPI era feito por pessoas técnicas, funcionários do Município, departamentos que, realmente, faziam um trabalho bacana naquele grupo e que, na sua concepção, botar gente de fora, ainda mais paritária, iria prejudicar ainda mais o trabalho deles, e que ele estava dando a opinião dele com relação àquilo, mas votaria favorável à emenda por ser uma emenda do nobre Vereador, do nobre Vereador em respeito, e que ele achava que quem tinha que dizer tudo isso a eles, e que o Jurídico deles foi brilhante no dar essa solução, seria o Executivo não aceitando a emenda, e que ele só estava deixando claro ali, que vindo deles para melhorar o projeto ou para discuti-lo e dar mais transparência, era para contar com ele, e que era isso que ele gostaria de deixar claro ali e para todos, também; o Sr. Presidente, pela ordem, disse que ele gostaria de encerrar a discussão daquela emenda, já com o pedido de retirada dela, e iria passar para a Emenda número três, após a Emenda número três, aí suspenderia a sessão para o nobre Vereador tomar as providências que ele achasse necessária para o exercício legal, regimental; o Sr. David Hilário Neto, pela ordem, perguntou quantas emendas tinham ainda para serem votadas, e o Sr. Presidente disse que só mais uma, a emenda de autoria do Luiz Carlos, e este disse que eram várias alterações, e o Sr. Presidente disse que estava tudo num projeto só; o Sr. David Hilário Neto pediu, mais uma vez, a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

palavra dizendo se eles não achavam interessante, porque ele não sabia se iria passar as vistas ou não, até para discutir a própria emenda do Vereador, que apresentou aquelas emendas no dia anterior, apresentou no dia anterior, na Casa; o Sr. Presidente disse ao Vereador que era exatamente, que ele iria colocar a discussão da emenda, eles iriam apresentar a discussão dela, a colocariam para votar e quando viesse a tratar do projeto principal, porque os acessórios acompanhavam o principal, literalmente, e como a ordem regimental era que os acessórios vinham primeiro, aí quando eles chegassem no principal, ele suspenderia a sessão para que o Vereador tomasse as providências regimentais, e o Vereador David agradeceu. A seguir, foi lida a Emenda nº 3 do Sr. Luiz Carlos de Campos: Art. 1º Inclui o § 3º ao artigo 1º ao Projeto de Lei nº 082/2019: “Art. 1º (...) §1º (...) §2º (...) §3º O complexo de lazer destinado ao uso coletivo dos moradores deverá ter circunferência mínima de 3 (três) metros de diâmetro.” Art. 2º Inclui o § 4º ao artigo 2º ao Projeto de Lei nº 082/2019: “Art. 2º (...) §1º (...) §2º (...) §3º (...) §4º As decisões do Grupo de Análise e Aprovações de Empreendimentos Imobiliários – GAEMI serão publicadas na Imprensa Oficial do Município. Art. 3º Modifica o artigo 7º e inclui os artigos 8º e 9º ao Projeto de Lei nº 082/2019: “Art. 7º Observada a legislação municipal específica, o rebaixamento de guia para o acesso de veículo ao edifício deverá conservar metragem mínima contínua de guia correspondente a 50% da testada do terreno, para permitir a parada ou o estacionamento de veículo na via pública, cujo descumprimento impede a expedição de respectivo habite-se. Parágrafo único. Para o terreno situado em esquina, exclui-se para o cálculo do percentual, a metragem que seja proibida para estacionamento de veículo, conforme disciplina o Código de Trânsito Brasileiro. Art. 8º A presente lei será revisada a cada 04 (quatro) anos, devendo ser submetida à deliberação da Câmara Municipal. Art. 9º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, notadamente as contidas na Lei Municipal nº 1.578, de 28 de dezembro de 2004.” Em discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo de só explicar um pouco para os nobres Vereadores, que a discussão daquele projeto de lei teve uma participação importante do Adilson Abracez, ex Presidente da Casa conhecedor da matéria, participou da Audiência Pública e fez as sugestões que ele apresentou em forma de emenda, em relação à área de lazer, e que o projeto de lei já especificava dez por cento da área reservada para complexo de lazer e que era uma preocupação dele, para que fosse melhor dimensionado, foi apresentada aquela emenda de se poder fazer um círculo



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

onde seria a área de lazer para que não ficar, poderiam dizer assim, uma linguça e ali a área de lazer, onde se pudesse por um brinquedo, uma coisa nesse sentido, e que aquela tinha sido a preocupação dele, eles colocaram a emenda naquele sentido; disse que da revisão também tinha sido uma sugestão que foi passada na audiência pública, e que eles apresentaram ali, e que foi discutido ali, também, e que eles vinham vendo em Jaguariúna um problema em muitos edifícios que eram construídos na cidade, de quatro andares, em que o pessoal rebaixava toda a extensão da guia para dar acesso às garagens, só que as vias públicas ficavam desprovidas de local para o carro estacionar, mesmo o proprietário do imóvel não poderia estar parando numa guia rebaixada que estaria infringindo o Código de Trânsito Brasileiro, e que essa era a preocupação deles, e que eles esperavam que se fosse aprovado, que fosse cumprido, também, porque quanto a rebaixamento de guia, como eles já tinham dito ali, já fazia parte do Código de Postura, e que faltava a Prefeitura, na hora da aprovação do projeto já verificar que não podia o rebaixamento de guia em toda sua extensão, porque em vários lugares ali, todos tinham conhecimento, que ficava indisponível a vaga, para o cidadão parar seu veículo na rua, e que essa com relação ao rebaixamento de guia, era com essa preocupação, e toda vez que eles faziam uma emenda ali, como o Vereador Fred tinha comentado, eles faziam para melhorar, no intuito de melhorar, e que não tinha nada a ver com negócio de partido, de oposição, eles estavam pensando no cidadão, numa vida melhor para o cidadão, por isso que eles apresentaram as emendas e sempre a intenção ali dos Vereadores, quando apresentavam as emendas estar melhorando o projeto, e como ele bem tinha dito, o Executivo entendendo que determinada emenda que ela era inconstitucional, ele tinha o poder de veto, e que tinha o Jurídico lá do Executivo e que sabiam que era um pessoal competente, no caso poderia vetar um parágrafo, um artigo, um inciso, uma alínea, e ser encaminhado ali para a Câmara para ser analisado esse veto; disse que iria pedir a aprovação nessas emendas, que o intuito era melhorar o projeto; a seguir, o Sr. Presidente disse que gostaria de fazer umas considerações, também, e aproveitando a oportunidade das considerações do nobre Vereador e que, realmente, até eram pertinentes e frutos daquela bela audiência pública, realizada, na Casa, com uma discussão bastante técnica, que foi, realmente, à exaustão do projeto, e a colaboração e participação do nobre ex Presidente dessa Casa, Sr. Adilson, era sobremaneira importante, independente mesmo de partido político ou qualquer outra coisa, assim, como um cidadão de Jaguariúna conhecedor do que falava, conhecedor daquela área, ele vinha colaborar e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

somar com eles. Disse que se lembrava até, na oportunidade, da quarta-feira anterior, que o senhor trouxe por escrito alguns pontos e ainda tinha dito a ele que era para encaminhar aquela situação ao Jurídico para a elaboração do projeto, para que ele fosse apreciado, ou melhor da emenda, para que ela fosse apreciada junto com o projeto; o parabenizou muito pela iniciativa e que achava que viria somar, enriquecer o projeto era função deles mesmo ali dentro; quando eles cometiam algum equívoco, era óbvio que eles tinham que rever os equívocos cometidos, e ali aproveitava a fala do Vereador Alfredo Chiavegato, com relação ao trabalho feito pelo Jurídico da Casa; eles foram totalmente técnicos na análise que foi feita, e apresentaram, sim, uma posição, que voltava a insistir, que ele tinha opiniões contrárias a elas, mas ele tinha que ser coerente, e também respeitar opiniões adversas a dele; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato dizendo que gostaria de dizer que a sua falta de participação na discussão daquele projeto, em virtude de estar sabendo que o nobre ex Colega e Presidente da Casa, Adilson, participou e ele sabia da participação ativa com relação à discussão dele, e disse que o tempo transformava pessoas e as opiniões, confirmou com o Adilson, dizendo que há quatro anos atrás eles eram totalmente contrários a esse tipo de projeto, e confirmou se não tinha sido, tanto que tinha sido motivo ali deles tê-lo rejeitado, e que já existia tal lei em vigor no Município, eles rejeitaram, e naquele dia estavam discutindo novamente, com o apoio quase que da maioria dos nobres Pares; disse que as situações alteravam assim como as opiniões deles, e que eles tinham que respeitar, e voltou a dizer que o nobre Colega, Vereador Luís Carlos de Campos que também esteve à frente da discussão daquele projeto, o deixava a par daquilo que estava sendo apresentado e da participação do ex Vereador Adilson e que estava bem tranquilo sabendo que tudo aquilo que fosse proposto ali, realmente, era para melhorar o projeto e voltou a dizer ao Waltinho que se não tivesse acontecido aquela reunião, a emenda dele passaria, e que ele, Fred, teria votado favorável sem discuti-la, apesar de saber que estaria complicada, mas dizendo, realmente, que era uma decisão do Executivo em aceitá-la ou não, enfim, mas parabenizou o encaminhamento do projeto ao nobre Presidente da Comissão, ao Magrão, com todo respeito à pessoa dele e sabia como ele tinha conduzido da forma bem tranquila e preocupado que o projeto, realmente, chegasse ao êxito que era a aprovação dele, naquela semana ou na próxima semana; a seguir pediu a palavra o Sr. José Muniz que parabenizou ao Fred pelas palavras dele, do Adilson Abracez estar ali nas reuniões de Comissões, que ele esteve presente,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

parabenizou ao Bozó, e que foi muito bem discutido o projeto e que ele estava tranquilo, anteriormente, ele tinha muitas dúvidas sobre o projeto e que a partir do momento que eles fizeram a audiência pública, e parabenizou ao Magrão que era o Presidente da Comissão, e que não via problema algum no projeto, muito pelo contrário, e que era excelente, e como o Fred falou tinha pessoas ali gabaritadas para discutir os projetos, e que ele estava totalmente tranquilo, houve aquela discussão e que houve um mal entendido, que ele também estava lá dentro tomando um café na hora e que ninguém lhe pediu nada, disse ao Fred e que já tinha falado para ele, e que não adiantava, goela abaixo não iria descer nada; disse ao Magrão que estava tranquilo com o projeto e voltou a frisar que foi muito bem discutido, o Bozó não deixava passar nada, o Bozó deixou bem frisado que estava sendo muito bem conduzido, e que ele estava em paz com o projeto e apoiava o Magrão e que achava que tudo tinha que ser discutido e que eles discutiram ali nas reuniões, principalmente, na última de quarta-feira, e que não tinha mais problema algum com o projeto e que ele estava bem tranquilo a respeito daquele projeto ali, e agradeceu a todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse que, apesar das emendas, ele reiterava, ele era favorável ao pedido do David, que ele iria fazer, e que ele achava que não iria ter prejuízo nenhum eles esperarem mais uma ou duas sessões, apesar das emendas apresentadas, todas ali, ele apoiava o pedido dele, no caso, que ele iria estar fazendo; a seguir, pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que disse de deixar ali a sua opinião, parabenizando ao Magrão pela condução dos trabalhos, e como eles falavam ali, confirmou com o Fred, que eles tinham uma ampla transparência ali e queria enfatizar que, assim que o projeto entrou na Casa e eles conversaram, confirmou com o Fred, e que ligou para ele perguntando se ele estava tranquilo quanto ao projeto, se ele tinha alguma coisa a acrescentar pelo conhecimento que ele tinha e conversou com o Zé, que estava na Comissão, confirmou com o Magrão, e perguntou para ele se iriam acrescentar alguma coisa ou não iam, se iam levantar alguma coisa, e que conversou com o Bozó, confirmou com ele, e como o Prefeito falou que não tinha urgência no andamento do Projeto, e que conversou com o David também, e que achava que seria importante eles acrescentarem mais alguma coisa, levantar algum estudo, mas que tinha sido bem esclarecedora a Audiência Pública, confirmou com o Waltinho, tudo foi sanado ali, e todo mundo participou e que eles até brincaram, confirmou com o Fred, que o Sr. Adilson, “seu Dirso”, amigo e Presidente, e que tinha um carinho por ele e o chamava de “Seu Dirso”, que acabou sendo um divisor de águas na audiência



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

pública e como o Fred tinha falado, eles eram um pouco reticentes a doze pavimentos, mas até o Sr. Adilson começou a ver com bons olhos os doze pavimentos, e acabou lhes dando uma tranquilidade, e que eles viram que estava tudo caminhando bem e tudo foi esclarecido, e que tinham pessoas ali de diferentes profissões, pessoas que conheciam, e que meio que esclareceram as dúvidas, e que acabou que ele não teve, confirmou com o Zé, acabou esclarecendo e foi tudo tranquilo, foi tudo esclarecido e que chegou naquele consenso que não fazia mais sentido estar levando adiante alguma situação ou pleiteando mais algum levantamento de alguma coisa, e que queria deixar claro, confirmou com o David, e dele não se omitir de falar, realmente, tiveram aquela conversa, confirmou com o Fred, que tudo mundo se interagiu, e que o Fred falou que estava tranquilo, que apoiava o projeto; disse que achou interessante, também, a inclusão do GAEPI, e que o Prefeito criou esse grupo, confirmou com o Fred, que de certo modo, até blindava o Executivo para ter uma condução tranquila, mais transparente do processo, e confessava que até engessava um pouco, confirmou com o Fred, que o grupo engessava um pouco, e que até o David teve alguns embates em conversa com o Secretário Rômulo, Valdir Parisi e que até achava, com todo respeito aos técnicos que estavam lá e entendiam muito, e achava que até os engessava um pouco, mas de tanta preocupação que eles tinham de ser tudo muito bem conduzido e tudo com clareza, e que via com bons olhos, disse ao Presidente, a inclusão do GAEPI, e que achava que engessava um pouco, disse ao Magrão, mas isso mostrava a lisura e a transparência do andamento que iria ter a partir dali, e disse ao Presidente que ele não poderia deixar de colocar sua opinião ali, como membro da Comissão, que teve aquela fala com todos os Vereadores ali, confirmou com o Bozó, e que queria deixar bem claro que ele apoiava o projeto, também, que iria ser bom para o Município, e como ele sempre falou, que era a favor do crescimento, desordenado, não, mas do crescimento ordenado, e que fosse bom, ele apoiava; a seguir, pediu a palavra o Sr. Cristiano José Cecon que disse que achava democrática a prerrogativa que o David tinha de fazer a emenda, mas que ele gostaria de entender melhor as reuniões de Comissões, porque tinham discussões que ele era leigo, e que ele se esforçava muito nas reuniões de Comissões para entender, para poder passar para as pessoas, e que acontecia era que eles tinham que tomar uma decisão, se as Comissões, se as reuniões de Comissões, se aquilo que foi discutido era aquilo que tinha sido discutido mesmo, porque senão ele saía dali, a pessoa falava para ele que aquele assunto que ele falou que iria ser discutido, e que já tinha sido discutido e daí existiam



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mudanças de última hora, e que ele não estava entendendo direito, e que ele gostaria de entender melhor isso, e que era que não podia faltar, senão ele também iria começar a não vir mais, porque se discutia uma coisa, depois chegava na hora e não era o mesmo assunto, mas que ele achava muito interessante a prerrogativa do David em fazer essa emenda, e que era direito dele, só que ele, Cristiano, gostaria de entender melhor as Comissões, se era aquilo que se discutia, se poderiam vir as emendas posteriores, e agradeceu a todos; a seguir, pediu a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner que disse que gostaria de sugerir que, naquele momento, eles se ativessem àquela emenda (o Sr. Presidente disse a de número três), porque eles iriam ter, depois, a oportunidade de discutir as outras coisas. A seguir, em votação a Emenda n. 3, do Sr. Luiz Carlos de Campos, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. O Sr. Presidente suspendeu a sessão por alguns instantes, a pedido do nobre Vereador David Hilário Neto para feitura de requerimento de pedido de vistas. Decorrido o prazo necessário, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do Requerimento do Sr. David Hilário Neto, que com supedâneo no art. 299 e seu parágrafo único do Regimento Interno, apresentou requerimento solicitando vistas por uma sessão ordinária do Projeto de Lei nº 082/2018 para melhor discussão; em discussão o Requerimento, pediu a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner que disse que, com todo o respeito ao Vereador David, ela achava que eles deveriam rejeitar esse pedido, no sentido de que se uma coisa ficou clara, naquele dia, era que estava muito amadurecida aquela discussão, todo mundo já tinha tomado sua decisão, e que, na sua opinião, eles não precisavam esperar mais uma semana; a seguir, pediu a o Sr. David Hilário Neto que deixou claro que ele fez o pedido de uma única sessão, porque ele achava que não tinha necessidade de mais que isso, mais para uma conversa com o Executivo, realmente, conversar com o Sr. Prefeito sobre esse caso, e que essa conversa não teve, até para conseguir acabar com aquela divergência, se foi falado ou não na Audiência Pública a respeito do Conselho fazer parte do GAEPI, e que isso ficou um pouco no ar, e que ele ouviu que foi, o Bozó ouviu que foi, o Magrão ouviu que não foi, que era o Presidente, e que era até para eles esclarecerem isso, que era de suma importância, e que iria avaliar, realmente, se o projeto deveria ser aprovado ou não, e que mais uma vez parabenizava o Waltinho pela emenda, e que ele só quis colaborar um pouco mais com a emenda dele, e que a intenção dele não era causar nenhum transtorno, nenhum problema para a Casa, pelo contrário, queria conseguir um pouco mais de transparência; parabenizou ao Magrão pela ação na Audiência



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Pública, mas aquela questão, no seu ponto de vista, foi discutida e foi colocado isso em discussão, e que ele achava que o Executivo, com bom senso, poderia até conversar e falar que era viável ou não era viável, por isso ou por aquilo; inclusive o Bozó tinha comentado com ele, que não precisava nem substitutivo ao projeto, talvez até conversar com eles e falar que eles iriam mandar depois um substitutivo posteriormente só aquele arquivo, um outro projeto de lei, uma alteração no projeto de lei, e que achava que isso não teria problema algum, e que a questão dele ali não era causar transtorno na vida de ninguém, e como era um projeto que ainda estava sendo discutido e não tinha nenhuma pressa, eles não estavam atrapalhando a vida de ninguém, ele achava que não tinha o porquê não ter esse adiamento de uma única sessão; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chivegato Neto que disse ao Vereador que, se o Prefeito quisesse, por decreto ele alteraria, não precisava ter no projeto de lei que iria ter um membro, era só por decreto; se ele entendesse que a ideia ali era boa, por decreto ele alterava a composição do GAPEI, e punha um membro da Associação dos Engenheiros, e perguntou se era isso que tinha ficado certo, e que não precisava ter projeto de lei, não; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. David Hilário Neto que disse ao Fred que concordava, e inclusive precisava ter aquela conversa com ele, para colocar alguns pontos, porque isso mudaria o seu voto, e que aquela decisão mudaria o seu voto, e por isso que ele pedia aquele adiamento de uma sessão; a seguir, pediu, novamente, a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner que disse que só queria reafirmar a sua opinião de que eles votassem naquele dia, no sentido de que, de novo, ela dizia que as opiniões já lhe pareciam muito amadurecidas, e eles chegaram num momento, por praticidade, eles estavam com muitos projetos para votar e que, na verdade, naquele sentido, ela considerava que eles tinham um pouco de pressa, porque se eles comessem a deixar para lá, para lá, eles estavam acumulando vários projetos, e que era na sua opinião, e já que as opiniões estavam amadurecidas e eles tinham esse grande número de projetos na fila, ela, na sua opinião, deveriam rejeitar o pedido de vistas; a seguir, pediu a palavra a Sra. Tais Camellini Esteves que disse que iria expor sua opinião e que esperava que todos respeitassem, ouviu a todos, e disse que, como ela poderia dar credibilidade para um Executivo que mal conseguia tapar um buraco na cidade, que mal conseguia terminar uma rampa de acesso, e colocando um projeto daqueles; disse que ela era contra aquele projeto, iria votar contra aquele projeto, se o projeto entrasse naquele dia ela votaria contra, votava mesmo, iria expor sua situação, porque qual era a garantia que iria ter água, esgoto,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

saneamento básico, transporte e infraestrutura, e aí, perguntou; e repetiu que ela era contra àquele projeto, e que mal conseguiam tapar um buraco, terminar uma rampa de acesso e iriam colocar aquele projeto naquele dia e que ela era contra; se o projeto entrasse naquele dia, ela seria contra; a seguir, pediu, mais uma vez a palavra o Sr. David Hilário Neto que disse à Cássia que ele concordava plenamente, mas com todo o respeito, por mais que eles tivessem muitos processos aí, ele achava que aquele projeto era de muita importância para o futuro de Jaguariúna, e que achava que uma sessão não atrasaria absolutamente em nada, porque marcar com o Executivo, chamar os Vereadores, sentar e numa única conversa... e que ele não estava pedindo ali que ele pedisse em tempo indeterminado, ou que ele adiasse muito por muito mais tempo e que ele estava pedindo por uma única sessão, e que aquela Casa poderia fazer esse gesto deles conseguirem sentar e pensarem juntos, que ele achava isso crucial para eles conseguirem chegar num consenso e até o Executivo poderia convencê-lo do contrário, mas até aquele momento ele era favorável a ter mais pessoas além da Prefeitura, no GAÉPI, pediu desculpas. A seguir, em votação, foi o pedido de vistas rejeitado por oito votos contrários, sendo quatro favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves; rejeitado o pedido de vistas, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 082/2018, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a construção de novos edifícios de apartamentos residenciais ou de qualquer outra natureza de até 12 (doze) pavimentos, e dá outras providências. Em discussão, pediu a palavra o Sr. Rodrigo da Silva Blanco que disse que queria ali, na condição de Presidente da Comissão, dar os parabéns a todos os presentes, que reforçaram o conhecimento deles, através daquele projeto, e também, enaltecer a presença, usando sua experiência, também para deixá-los mais confortáveis, do Sr. Adilson Abracez, ex Presidente da Casa, como o nobre Vereador Fred disse que, na outra legislatura eles tinham um pensamento contrário e que ele, que já era dessa Comissão, juntamente com o Sr. Adilson, eles desenvolveram um trabalho para segurar um pouco a cidade, naquela época, que estava crescendo um pouco desordenada e para eles se colocarem nas situações do Plano Diretor, e ter alguma coerência no crescimento da cidade; disse que no hoje, eles estavam vendo que eles esticarem água, pavimentação, esgoto, para os loteamentos de grandes distâncias, às vezes, saía um pouco inviável, do que verticalizar e colocar um pouco mais próximo da cidade e, lógico, respeitando todas as emendas que tiveram aquele projeto; agradeceu ao grupo da engenharia e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

arquitetura que esteve presente também, que os gratificou e enalteceu o conhecimento deles, e também agradeceu a todos os Vereadores presentes, ao David pelo seu ponto de vista, e que achava que isso era cabível, era viável, o Bozó, também, o Vereador Fred, entre outros ali que, também, aderiram àquela proposta, e que ele achava que tinha sido um projeto bem discutido, até aquele momento, de última hora, foi viável a colocação deles; muito agradeceu a todos e era favorável ao projeto; a seguir, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que cumprimentou a todos, dizendo que, na verdade, ele tinha se inscrito para falar, porque tinha algumas discussões ali na Câmara, a maioria, colocava nas redes sociais, se se era contra ou a favor, e que ele achava que eles tinham que parar com aquele negócio, se era contra ou a favor, se contra o projeto, e que ele achava que eles tinham que parar com aquele negócio se era contra ou a favor, se era contra ou favor do projeto, e que ele achava que eles tinham que aprender... e que quando tinha começado aquela discussão, ele, realmente, estava com alguns dúvidas, e que achava que o Vereador tinha que se basear no que as pessoas falavam, na opinião das entidades, e que ele teve a convicção a partir daquela audiência pública, muito bem conduzida pelo nobre Vereador Magrão, as pessoas fizeram colocações importantes do ponto de vista, não pessoal, mas do ponto de vista da cidade, entrou aquela discussão que o Waltinho tinha colocado da questão dos prédios históricos da cidade, a questão da reflexão de como a cidade estava crescendo no hoje de uma forma horizontal e com problemas, também, colocados, e que eles tinham que repensar tudo isso, e que a questão de se construir prédio onde já tinha toda a estrutura do ponto de vista da pavimentação, do ponto de vista do esgoto, do ponto de vista da iluminação, isso trazia uma tranquilidade que a população iria viver com mais tranquilidade naquele ambiente e que isso que lhe trouxe a refletir sobre essa questão; disse, outra coisa que, Jaguariúna tinha que crescer, Jaguariúna não podia chegar no ponto de vista como viam, por exemplo, na Região Metropolitana, da questão de Americana, e que Americana cresceu de forma na horizontal e a cidade não tinha mais onde crescer, e o único crescimento que lhe restou, era a questão da verticalização e, a partir do momento, como ele já tinha dito, ele foi convencido pelos argumentos da sociedade, ele foi convencido pelas entidades, e que ele foi convencido pelas pessoas que tinham vindo na Casa discutir com seriedade aquele projeto naquela Audiência Pública, e também que ele ouviu no dia a dia, na cidade; agradeceu, dispensando um abraço; a seguir, pediu a palavra a Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana que cumprimentou a todos, dizendo que concordava com o Vereador



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Silva, porque ela também ouviu bastante pessoas sobre aquele projeto, e era como ele estava falando, dali uns dias não teria para onde a cidade crescer, e que ela era a favor do projeto e que também ela gostaria de falar sobre a cidade e pediu desculpas para a Tais, mas, às vezes, buraco, mato, estava chovendo e o mato crescia mesmo, e que ela achava, ou melhor, ela tinha certeza, que o Prefeito ele cuidava muito bem, trabalhava bem; disse que reclamavam de Jaguariúna quem nasceu aqui, quem veio de fora não reclamava, porque Jaguariúna era uma cidade muito boa de se morar, e ela vinha acompanhando bastante o trabalho do Prefeito da cidade, e ela só tinha mesmo que admirá-lo, e a cidade, graças a Deus, ela se orgulhava muito quando ela falava que morava em Jaguariúna, e, mais ainda, como Vereadora de Jaguariúna e que ela só tinha que dizer coisas boas de Jaguariúna e agradeceu; a seguir, pediu a palavra a Sra. Tais Camellini Esteves que falou “buracos”, iria falar sobre buracos: serviço porco, mal feito, ela não concordava com isso; tapar buracos três, quatro, cinco vezes, era gastar dinheiro público, era jogar dinheiro público na lama, por isso que ela não concordava com isso; disse que ela só esperava que melhorasse a cidade a respeito dos buracos, porque ela não aguentava mais andar na cidade, porque o que mais tinha na cidade, era buraco; Dona Irma, e que não sabia se alguém já tinha ido no Dona Irma, estava infestado de buracos, começaram a roçar, roçaram metade e largaram tudo lá, o bairro estava jogado, estava abandonado, e ninguém fazia nada, tinha que implorar para Secretário e pedir para roçar, tapar buracos, e o que era isso, perguntou; era dinheiro público, deles, que estava indo na lama, no lixo; disse que era contra aquele projeto mesmo, não iria votar a favor, era contra, e pediu desculpas ao Presidente; a seguir, pediu a palavra o Sr. David Hilário Neto que disse que, como ele ressaltou no pedido de vistas, iria votar contrário, porque ele não estava se sentindo confortável em votar favorável ao projeto daquela forma e que respeitava a posição dos nobres Colegas, mas a sua posição era contrária por não ter um tempo que ele achava necessário para conseguir uma nova análise, agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. José Muniz que disse que respeitava a posição do nobre Vereador David, nobre Vereadora Tais, mas que ele era favorável, amplamente favorável e que sabia que isso iria trazer muitos recursos, iria trazer trabalho para a cidade, desenvolvimento, e como o Silva falou, não adiantava nada eles levarem a cidade para um lado e para o outro e eles não conseguirem transporte, infraestrutura nenhuma, e que no hoje eles estavam sofrendo com vários bairros afastados na cidade, e que prédio, não, tinha vários lugares no centro que poderiam ser utilizados, poderiam ser



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

construídos os apartamentos aí, e também iria gerar vários empregos, porque tinha várias pessoas desempregadas, também, e como o Silva tinha falado, a cidade tinha que crescer, tinha que desenvolver, todas as cidades tinham prédios, e que ele não via falar que era transtorno, não via falar que dificultava a vida de ninguém, muito pelo contrário, era favorável, porque achava que a cidade tinha que ter prédios, realmente, primeiro, porque iria trazer os benefícios que ele falou, que a população estava precisando no hoje, de imediato, que era emprego, e, segundo, como o Presidente tinha falado, que foi muito bem discutido, e ele não estava tendo dúvidas; tinha bastante dúvidas, disse ao Presidente, mas foram todas esclarecidas, e que não via dúvida alguma em estar votando favorável ao Projeto e, muito pelo contrário, ele estava bem tranquilo com seu voto, consciente do seu voto e achava que era isso que, no hoje, eles estavam precisando, a cidade necessitava disso daí, também, precisava crescer, precisava trazer desenvolvimento, precisava trazer trabalho, e que o povo estava precisando, tinham vários pedreiros, vários serventes, que estavam precisando trabalhar, também, era a área deles e que tinha que ter investimento na cidade, tinha que ter pessoas que vinham investir na cidade; disse que seu voto era favorável e, respeitando os votos contrários, e desejou boa noite a todos; a seguir, pediu, novamente, a palavra a Sra. Tais Camellini Esteves que perguntou se a cidade tinha que ter prédio, e ela mesma respondeu que tinha que ter prédios, mas desde que tivesse estrutura pela Prefeitura, e que não estava tapando nem os buracos da cidade, quanto mais a estrutura para prédios, e por isso que ela estava votando contra; no hoje o momento, não era de fazer prédio na cidade, tinha muita coisa para ver, ainda, cidade estava abandonada, e que esse era o seu ponto de vista, era seu ponto de vista e ela não iria mudar, enquanto não fizessem alguma coisa para a cidade, pediu desculpas ao Fred; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos mais uma vez, e que gostaria de vir na tribuna falar daquele projeto e dizer da sua opinião com relação a ele, e que ele era favorável ao projeto, sempre foi, deixou claro às pessoas que lhe perguntavam sobre ele, não fez campanha para que ele fosse aprovado ou não, deixou que, realmente, aquela discussão, a transparência e a participação popular pudesse falar mais alto, para elucidar a opinião dos nobres Pares, isso porque muitos sabiam disso, ele era Engenheiro Civil, trabalhava na área, e sempre ouviu das pessoas que faziam e executavam esse tipo de obra que, realmente, o limitador de quatro andares faziam com que os investimentos não acontecessem, não acontecessem porque o número de unidades que seriam viáveis não dava para compor um



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

condomínio condizente para aquelas pessoas que queriam ali investir e morar com uma certa tranquilidade, e deu um exemplo claro para todos, se se fizesse um predinho de quatro andares, e colocasse um porteiro para trabalhar vinte e quatro horas, o pessoal não aguentava pagar o condomínio pelo custo que esse funcionário geraria ao condomínio, enfim, ele via com bons olhos a possibilidade de ter doze andares, dizendo, também, que a legislação municipal já era muito restritiva, com relação à ampliação de andares, e que se tinha que ter terrenos maiores, tinha que ter uma série de índices que se tinha que vencer para cada vez mais subir os andares; disse que ele entendia e via que o Município tinha que ter investimentos nas áreas, também, assim como também tinha a necessidade de se ter a expansão através de condomínios, através de loteamentos, e quando eles faziam, principalmente, um condomínio, um loteamento, o Município não levava água até lá, a maioria do investimento era feito pelo empreendedor, além de fazer o investimento de expansão da rede, o empreendedor empregava os cofres públicos a ordem de uns três mil reais por lote que ele punha no Município, em virtude da demanda, e que isso à vista, no ato em que o empreendimento era lançado; disse que era um recurso que dava muito bem para o Município investir ainda mais na área de saneamento básico e que ele tinha certeza, que esse avanço que eles tiveram na área de saneamento básico, foi feito, justamente, por investimento de empreendedores que levaram o recurso ao Poder Público, através dessa taxa que foi criada em dois mil, se ele não se enganava, onde o Município pôde investir muito na área de saneamento básico, e que, às vezes, eles tinham que levar em consideração, também, que um edifício, quando se executava o mesmo, um prédio, fosse ele de quatro andares, seis, dez andares, realmente, a ocupação era imediata, e a demanda por saneamento básico, e água, também, era imediata, muito mais imediata do que um loteamento; quando se fazia um loteamento, a ocupação era de um, dois, três e, às vezes, dez anos para um loteamento ficar totalmente ocupado, sendo que um prédio e eles tinham o exemplo dos predinhos, tanto do Japonês, tanto lá nas Pitangueiras, na Quinta do Conde, enfim, todas aquelas unidades que ali saíram, as pessoas, assim que eles foram entregues, já estavam morando no dia seguinte, haja vista que o Município passou no ano anterior por uma dificuldade de abastecimento, no início do ano, em virtude da demanda que tinha aumentado demais, naquela região; disse que o que ele entendia, realmente, era que não se podia segurar o crescimento de uma cidade, e o que eles tinham que fazer sempre era ordená-lo e quanto mais ordená-lo melhor, e esperavam que, com isso, eles atraíssem mais investimentos, principalmente,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que atraísse mais emprego, haja visto que a empresa que iria se instalar em breve, a Qualcomm, e que ela tinha vindo para o Município, e que poderiam ter certeza que entres os muitos que o Estado apresentou a ela, pelas condições do Município apresentou, e uma delas, ele poderia até dizer para eles, era o preço dos imóveis com relação aos aluguéis ali, e que eles poderiam ter certeza que ela ficou em detrimento entre Jaguariúna e Campinas, ela tinha vindo para Jaguariúna que, além do preço do aluguel ser mais barato, o IPTU que se pagava na cidade, era ínfimo em comparação com Campinas, e que isso fazia com que as empresas, na hora de fazer o seu investimento, analisassem isso, e que tinha certeza que Jaguariúna agradava muito a essas pessoas, esses industriais que aqui procuravam, e que esperavam, também, que vindo essas empresas, vinha mais gente morar, mais gente procurando qualquer tipo de moradia, desde a mais baixa até a de alto padrão, e, realmente, era difícil se ter um edifício de alto padrão, se não fosse mais de dez andares, o condomínio ficava inviável, e que as pessoas acabavam não investindo, e que tinham exemplos ali de um, dois, três prédios, que tinham ali no Município, no caso do centro, do Mantovani, lá do Beira Rio e também, do outro que ele se esqueceu do nome, ao lado do Beira Rio, e entre outras coisas disse que aqueles imóveis não ficavam vazios, eles estavam sempre ocupados, procurando esse tipo de moradia, porque dava uma certa segurança àquelas pessoas que ali moravam, porque existia uma segurança maior, e eles tinham que incentivar esse tipo de investimento, o Poder Público ali só iria aprovar o projeto, dentro de umas condições, analisando todas as vertentes que eram necessárias, mas ali eles só iriam receber os dividendos, não tinha nada daquilo que o Município iria investir e que era lógico que ele iria dar a demanda de água e esgoto, e se se falasse que isso era um impeditivo para vir investimento, era um atestado de incapacidade, de dizer que o Município não podia crescer porque faltava água, e que eles não podiam falar isso, e que não era só falar água para quem iria construir prédio, para quem estava trazendo uma empresa para mil funcionários, a demanda de água era muito maior que a de um prédio de doze andares, quiçá iria demorar mais uns cinco anos para estar executado, edificado e pronto, poderiam dizer assim, e que demorava, não era da noite para o dia; disse que o Município tinha possibilidade de se preparar para, realmente, dar aquele suporte a tais pessoas que iriam ali investir, e que ele pensava que só iria atrair bons investimentos, inclusive gerar ainda mais mãos de obra, que era uma classe que mais, e que a mão de obra na construção civil era a que mais empregava no País, haja visto o problema que eles passaram na crise



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

imobiliária, o desemprego que era grande, aumentou demais, em virtude da falta de investimentos na área de construção civil e a cadeia produtiva, não era só o prédio em si, ele movimentava uma série de pequenos comércios, pequenos comércios que eram de Jaguariúna, que iriam vender para essas pessoas que ali estavam construindo, material de construção, enfim, todos os agregados necessários para se fazer uma edificação; disse que só via com bons olhos, que tinha que incentivar, e a sua opinião com relação aos investimentos imobiliários, sempre lutou para que Jaguariúna fosse uma Jaguariúna cantada e decantada, e sabia que todas as vezes que Jaguariúna abriu as portas, nunca ela perdeu o controle, nunca ela fez com que as coisas se degradingolasse e perdesse a qualidade, pelo contrário, eles vinham crescendo, tinham que acompanhar as demandas, mas era natural em todo o município, e que não podiam fechar os olhos, eles tinham que, realmente, procurar abrir cada vez mais o Município para que os investimentos pudessem acontecer, e esperava que, além de ter essas pessoas edificando, esperava que, realmente, mais empresas viessem para o Município, porque, realmente, gerando empregos e renda, tudo ia bem, e o Município cada vez crescia mais, e que não era só, realmente, abrir loteamento ou fazer prédio, o princípio era, realmente, gerar empregos, e vindo empresas aí, era para não ter dúvidas que tinha gente precisando morar, e, conseqüentemente, aí, a economia toda rodava; desejou boa noite; a seguir, pediu a palavra o Sr. Cristiano José Cecon que disse que ele também tinha alguns questionamentos, procurou a Administração, e a coisa que mais o atraiu foi a dignidade da pessoa, mas até quem não tinha casa não era tão carente, pessoas que tinham bons trabalhos e não tinham a casa própria, de poderem morar mais próximos do centro da cidade, e pediu para que imaginassem nos prédios da Doze e do Japonês, quantas moradias horizontais seriam construídas ali, praticamente, nenhuma, e perguntou quantas moradias tinham no predinho do Japonês, oitocentas? E pediu para que imaginassem para eles construírem oitocentas casas, onde que iria ter que ser usado um terreno, perguntou se tinham entendido, e que isso o atraiu, a dignidade da pessoa que menos tinha, morar mais próximo da cidade; agradeceu. A seguir, em primeira votação o Projeto de Lei nº 082/2018, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a construção de novos edifícios de apartamentos residenciais ou de qualquer outra natureza de até 12 (doze) pavimentos, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por dez votos favoráveis, sendo dois contrários dos Srs. David Hilário Neto e Tais Camellini Esteves. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.), tomando a palavra, pela ordem, o Sr. David Hilário Neto, sendo que o Sr. Presidente comunicou que o Vereador teria apenas cinco minutos para uso da palavra, que era o prazo para o encerramento regimental da Sessão; fez uso, então, da palavra o senhor David Hilário Neto, dizendo que ele achava que o projeto tinha sido muito bem discutido e que ele foi aprovado, e que quem trabalhou nele foi a favor dele; mas que ele foi falar de algumas questões, uma delas era a respeito do que o Vereador Zé Muniz tinha falado da segurança nas escolas, dos trabalhos que os problemas que estavam acarretando, e ele iria falar para o José que eles estavam com problemas até um pouco maior que, naquele momento, o preocupava muito mais, que era a questão da psicologia escolar, que aquela Casa aprovou quinhentos mil reais no final do ano passado, para que os psicólogos pudessem atuar dentro das escolas e tivessem recursos para aquilo, daí ele iria emendar naquela fala lá do início, onde a Cássia falava que eles tinham de conversar com o Executivo e ele jurava que ele estava tentando; disse que a Maria do Carmo o atendia com toda a atenção e respeito, estava fazendo a parte dela, mas chegava na Secretaria de Educação, a Secretária falava que não, não, não, psicologia escolar não era daquela forma que ela queria, ela não queria a psicóloga dentro da escola, ela queria achar o problema e mandar para elas, e ele não sabia qual era o problema de um psicólogo poder analisar, porque, muitas vezes, o problema comportamental não estava no aluno e, sim, estava no sistema, poderia estar no professor, poderia estar na moça da cantina da escola, poderia estar no pai, só que aquilo não estava sendo avaliado naquele momento, e estava sendo um empurra, empurra, e quando tinha reunião do Conselho da Educação, falavam que o Vereador David, a Saúde estava fugindo, mas eles não estavam fugindo, não, eles queriam fazer a situação direito, o dinheiro estava lá, sim, eram quinhentos mil reais e eles queriam que a Educação de Jaguariúna funcionasse, antes de terem polícia na porta da escola, ele queria ter psicólogo para as crianças, para não deixar chegar no que chegou, para a polícia, muitas vezes, ela iria conseguir salvar o segundo tiro, mas o primeiro seria dado, e quando conseguirem ter um psicólogo dentro da escola e analisar aquele problema precocemente, eles iriam conseguir resolver, então, ele queria que a Educação parasse um pouco de achar que tudo era politicagem, porque o que eles estavam fazendo era cuidar do Município e pensar que eles precisavam de uma psicologia escolar o quanto antes, eles precisavam mais de respeito com aquelas crianças, que era o que não estava tendo, atualmente, e não ficar em



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

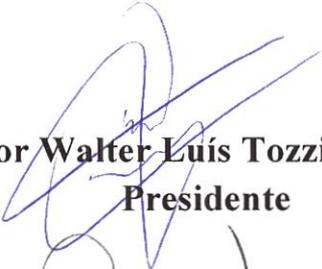
rede social ameaçando funcionário público, que era o que eles estavam vendo diversos Secretários coagindo servidor público quando se posicionava contrário ao Governo e à Administração; disse que ele já defendeu muito a Administração lá e tudo o que fosse favorável ele iria continuar defendendo mas, aquela questão já estava uma vergonha, eles já passaram do primeiro bimestre de aula e por uma tal licitação não chegou a apostila nas escolas e perguntou por que não foi pensado aquilo antes? Seis meses antes e conseguir terminar aquela licitação no prazo, realmente; a Educação não esperava o prazo da licitação mas, eles precisavam de planejamento, e se fosse uma transição de governo do ano passado para o atual, tudo caberia de resposta mas, infelizmente não era aquilo que estava acontecendo, então, era uma má administração, sim, da Secretaria de Educação, então, naquele momento ele estava falando diretamente para a Secretaria de Educação, porque a questão dos psicólogos nas escolas era aquilo que eles precisavam, a questão do uniforme escolar era aquilo que as crianças precisavam, e que servissem nelas, porque não adiantava entregar uniformes da medida do ano passado no ano atual e não caber, e os pais terem de pagar porque iria ser exigida a entrada com uniforme escolar na sala de aula, então, aquilo tinha de ser muito bem visto, ele tinha a certeza de que o Prefeito não tinha conhecimento de tudo aquilo que estava acontecendo e, infelizmente, ele já falou aquilo para ele e iria repetir para todos, que o que ele sentia, atualmente, da Administração era que cada Secretaria era uma Prefeitura, uma não conversava com a outra, a Educação não conseguia diálogo com a Saúde, a Saúde tinha de implantar alguma coisa da Educação, ela já achava que iria sobressair, e quem tinha de sobressair era o cidadão, o aluno, não era secretário A ou B, então, ele estava lá e conversou muito com a saúde, que abriu as portas que, realmente, mostrou boa vontade, mas chegava na Educação era barrado, era barrado com sorriso no rosto, não era que fosse barrado de não poder entrar, mas era barrado de ir lá chamar de amigo, oferecer para sentar lá... Porque a facada estava nas costas (naquele momento o senhor Secretário solicitou ao Vereador para concluir a fala dele, pois o seu tempo havia acabado), e ele continuou dizendo que, realmente, precisavam um pouco mais de dignidade naquela Secretaria de Educação de Jaguariúna, acabar aquelas perseguições que estavam acontecendo, que ele sofria desde o primeiro ano com tapinhas nas costas e sentia que o servidor público e a população estavam sofrendo no ano corrente, então, estava faltando planejamento, um pouco menos de foto e muito mais trabalho; agradeceu a todos. A seguir, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o

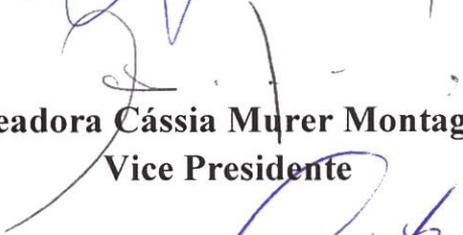


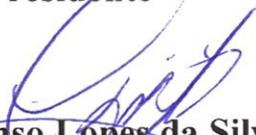
Câmara Municipal de Jaguariúna

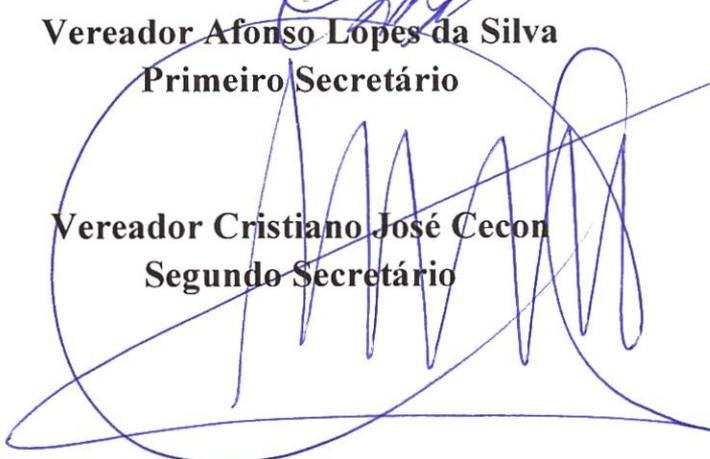
Estado de São Paulo

dia vinte e seis de março de dois mil e dezenove, terça-feira, com início determinado para as dezoito e trinta horas, conforme requerimento aprovado em sessão. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.


Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo
Presidente


Vereadora Cássia Murer Montagner
Vice Presidente


Vereador Afonso Lopes da Silva
Primeiro Secretário


Vereador Cristiano José Cecon
Segundo Secretário